



## Gaúchos lutam para preservar tradição

Mais uma vez, o ambiente tradicionalista gaúcho é estremecido por uma polêmica. E o tema é, novamente, musical: a tchê-music pode ou não pode ser tocada nos centros de tradições? Reunidos num encontro anual, o Movimento Tradicionalista Gaúcho decidiu que

não. De acordo com o presidente do MTG, Manoelito Savaris, os CTGs existem para uma única função: preservar a tradição. “O CTG tem que ser uma sociedade de famílias que propicie a convivência permanente e a preservação da tradição em todos os seus aspectos, na

música, na indumentária, nos adereços, na culinária, no comportamento e assim por diante.” Ele adverte: “Não somos contra a evolução musical. Quer fazer uma mistura de vanera com axé? Não tem problema, mas faça isso fora do CTG, que é um local de preserva-

ção”. No Rio Grande do Sul, há 1.457 entidades vinculadas ao MTG, incluindo CTGs, departamentos de tradição gaúcha em sociedades, centros de cultura nativa, grupos de arte nativa, piquetes tradicionalistas com personalidade jurídica. Somando os pi-

quetes sem autonomia, vinculados a CTGs, o número de entidades chega a 3 mil, sendo que, no Brasil, há cerca de 1.300 CTGs. Também há centros de tradição fora do País. Calcula-se que essas associações mobilizam cerca de três milhões de pessoas. **Página 13**

## 18 anos de tentativas de mudança

No próximo mês, a Constituição promulgada em 1988 chegará à maioria. Às vésperas de um



novo pleito, mais uma vez o tema das reformas constitucionais ganhou destaque, com o governo e os partidos de oposi-

ção defendendo a necessidade de uma nova constituinte. Será essa a solução? O Jornal da Universidade reuniu três especialistas para discutir as virtudes e defeitos de nossa Carta Magna: André Marengo, professor de ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS; Cláudio Barros Silva, sub-procurador-geral de justiça para assuntos administrativos do Ministério Público Estadual; e Eduardo Carrion, professor de direito constitucional da Faculdade de Direito da UFRGS. Todos concordaram que a origem de nossos problemas está nos desmandos da prática política e não no excesso ou falta de leis. Por outro lado, defenderam maior controle sobre o Executivo e um Legislativo mais profissional. **Página central**

## Aprenda a decifrar os códigos da infância e da adolescência

**Atualidade** Quando uma criança furta um lápis, não é do lápis que ela está se apropriando e sim do afeto e do cuidado de que sente falta. E, quando chama um estranho de tio, está buscando amparo. Da mesma forma, atitudes anti-sociais tomadas por adolescentes devem ser entendidas como um pedido de socorro, an-

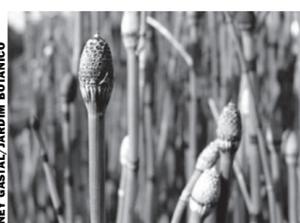
tes que se transforme num ato desperado. O psicanalista José Outeiral, que no início de agosto participou do II Simpósio sobre Juventude, Violência, Educação e Justiça, realizado na UFRGS, diz que crianças e adolescentes sofrem numa sociedade marcada pelo processo cultural da “adulterescência”. **Página 5**

## ‘Novos velhos’ buscam espaço

**Debates** No mês em que se realiza uma série de atividades voltadas para as pessoas da terceira idade, o Jornal da Universidade convidou dois professores que atuam em projetos voltados para esta parcela de população a refletir sobre o lugar dos velhos na sociedade brasileira. Johannes Doll, da

Faculdade de Educação, acredita que o aumento da inclusão dos idosos no mercado de trabalho pode ser sinal da limitação das aposentadorias, enquanto Eliane Blessmann, da Escola de Educação Física, acha que o bem-estar do idoso depende do que a sociedade tem a lhe oferecer. **Página 4**

## Uma lei para apoiar pesquisa de plantas medicinais



NEY BASTAL/JARDIM BOTÂNICO

**Ciência** Até o final do ano, o governo deverá apresentar um programa nacional para o setor. Um dos aspectos polêmicos é a inserção do uso de plantas medicinais e fitoterápicos (como a cavalinha, foto) no Sistema Único de Saúde (SUS). O assunto está sendo discutido por professores da UFRGS. **Página 11**



Indígenas, distantes das universidades

## Como fica a questão das cotas?

Poucos professores e técnicos administrativos participaram do seminário “Experiências de ações afirmativas: cotas étnicas e cotas sociais”, realizado na UFRGS no final de agosto. Em compensação, o encontro teve boa afluência de estudantes ligados aos diretórios acadêmicos e a grupos organiza-

dos de negros e de indígenas. Segundo dados oficiais, a reserva de vagas para essas “minorias” já foi adotada em 30 instituições brasileiras de ensino superior. Apesar disso, a iniciativa ainda tem sua eficácia contestada pelos que acham mais urgente melhorar a qualidade do ensino. **Página 7**



## Cartas

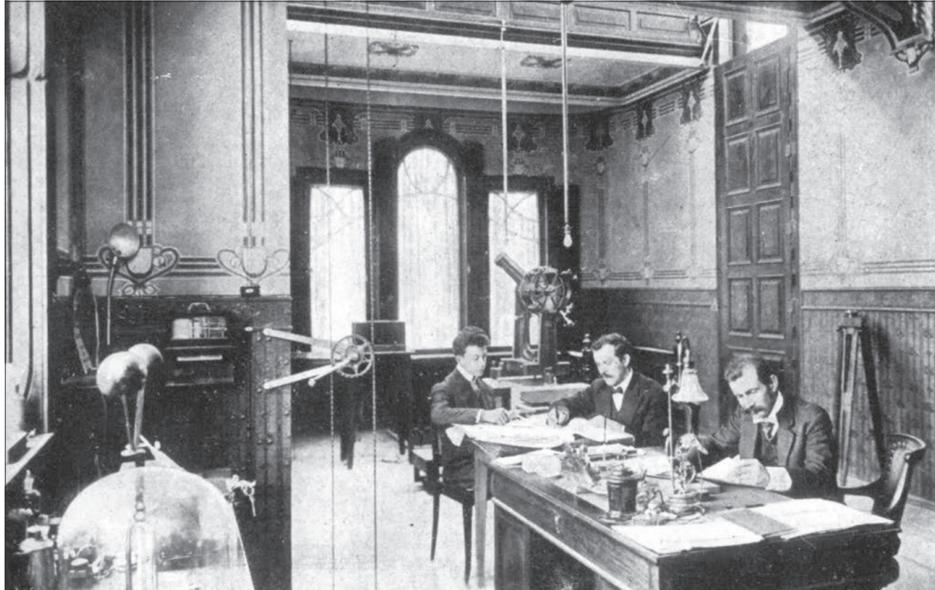
Fiquei muito satisfeito em saber da atualização da edição do Jornal na Internet. É importante que esse meio de comunicação com o público externo e interno esteja atualizado. Como professor e membro do Conselho Editorial sei dos esforços da equipe da Secretaria de Comunicação em buscar a mais qualificada divulgação possível do que ocorre em nosso meio e na nossa sociedade. São esforços significativos como esses que resgatam a confiança e a credibilidade do espaço público e acadêmico da Universidade Brasileira.

**Edson Luiz Lindner**  
Professor do Colégio de Aplicação da UFRGS

e-mail: jornal@ufrgs.br

## Memória da UFRGS

REPRODUÇÃO/ACERVO OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO DA UFRGS



▶ **ENTRE 1908 E 1909** A equipe do recém-criado Observatório Astronômico do Instituto de Física da UFRGS em sua sala de trabalho, empenhava-se em desvendar os mistérios da astronomia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110  
Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS  
CEP 90046-900  
Fone: (51) 3316-7000  
www.ufrgs.br

## Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

## Vice-reitor

Pedro Cezar Dutra Fonseca

## Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

**Secretária de Comunicação Social**  
Sandra de Deus

## JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fone/fax: (51) 3316-3368  
www.jornal.ufrgs.br

## Conselho Editorial

Alfredo Carlos Storck,

César Antonio Leal, Dirce Maria

Antunes Suertegaray, Edson Luiz

Lindner, Helen Beatriz Frota

Rozados, Luis Augusto Fischer,

Márcia Benetti Machado,

Maria Henriqueta Luce Kruse

## REDAÇÃO

## Editora-chefe

Ânia Chala

## Editor-executivo

Ademar Vargas de Freitas

## Secretária de redação

Sandra Salgado

## Repórteres desta edição

Jacira Cabral da Silveira e Luiz

Ricardo Linch (bolsista)

## Projeto gráfico e diagramação

Juliano Bruni Pereira

## Fotografia

Fernanda Rechenberg, Flávio Dutra,

Ney Gastal e Walter Karwatzky

## Revisão

Ademar Vargas de Freitas

e Ânia Chala

## Colaborou nesta edição

José Carlos de Azevedo

## Circulação

Arthur Bloise

## Fotolitos e impressão

Gazeta do Sul S.A.

## Tiragem

12 mil exemplares

## Espaço da Reitoria

## Novas dimensões nas relações internacionais

Nossa recente visita a universidades sul-africanas e moçambicanas trouxe como resultado a consolidação de uma nova dimensão de cooperação internacional, a qual temos trabalhado desde o início da atual gestão. Ao longo dos últimos anos, temos mantido uma relação intensa e qualificada com parceiros tradicionais da Europa, América do Norte e, em menor medida, da América do Sul. Mas o mundo está passando por profundas e aceleradas transformações em termos de desenvolvimento econômico, científico-tecnológico, diplomático, sócio-cultural e demográfico, as quais exigem um planejamento institucional estratégico e a ampliação do leque de nossos parceiros acadêmicos. Neste sentido, a atual gestão definiu uma política pró-ativa de internacionalização, a qual está sendo levada adiante sob a coordenação da Secretaria de Relações Internacionais e Institucionais, em lugar de simplesmente se moldar aos fluxos já existentes.

Assim, ao lado da intensificação do intercâmbio com os países com os quais mantemos historicamente relações acadêmicas e com as instituições parceiras do Mercosul, a Universidade passou a buscar atingir duas regiões de acentuada evolução, a África e a Ásia, onde se situam nações emergentes como China, Coreia do Sul, Índia e África do Sul. Após estabelecer relações e receber dezenas de estudantes das duas primeiras, estamos agora contribuindo decisivamente para o estabelecimento da Universidade de Cabo Verde, com a implantação de três mestrados prevista para o início do próximo semestre letivo.

A grande e mais recente ação, contudo, diz respeito à África Austral, mais precisamente com as Universidades da Cidade do Cabo, Witwatersrand (Joanesburgo) e da África do Sul (UNISA, em Pretória). Com as duas primeiras há tratativas para definir as áreas prioritárias de cooperação e, com a última, cuja

delegação visitará a UFRGS dia 8 de setembro, ações de intercâmbio de docentes e estudantes e projetos de pesquisa previstos em várias áreas do conhecimento, além de educação a distância. As universidades sul-africanas contribuirão, ainda, para o desenvolvimento do Centro de Estudos Brasil-África do Sul, estabelecido no Instituto Latino-americano de Estudos Avançados da UFRGS, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério de Relações Exteriores.

Em relação a Moçambique, o acordo anteriormente firmado com o Instituto Superior de Relações Internacionais finalmente ganhou conteúdo, com a cooperação no campo editorial e de pesquisa, doutoramento de docentes moçambicanos e fomento dos estudos africanos na UFRGS. Além disso, durante a realização de evento na Universidade Eduardo Mondlane, com a participação de professores do Programa de Pós-graduação em

Desenvolvimento Rural da UFRGS, foi firmado protocolo de cooperação, com o apoio à qualificação de professores daquela instituição e pesquisas conjuntas em diversas áreas. Finalmente, a visita à Universidade Pedagógica (que forma os professores do ensino básico e médio), abriu grandes possibilidades de cooperação, e será objeto ainda este mês de programas de ação a serem desenvolvidos conjuntamente.

Constatou-se na missão que as universidades sul-africanas e moçambicanas são instituições promissoras como parceiras acadêmicas, sendo visível que a cooperação gerará enorme impacto nas políticas públicas dos países participantes. O fim do *apartheid* e o acordo de paz em Moçambique – que ingressou na *Commonwealth* britânica – impulsionaram a integração e o crescimento da África Austral. Assim, as visitas e os acordos firmados representam, sem exagero, um marco histórico no relacionamento acadêmico

entre as duas margens do Atlântico Sul. Agora, contamos com o entusiasmo da comunidade universitária para que esta cooperação frutifique.

**José Carlos Ferraz Hennemann**  
Reitor

## Artigo

## Varig: o que deu errado?

O caso Varig talvez seja, ainda, difícil de se tratar sem paixões. Feito o alerta, pode-se sugerir algumas conjecturas. Primeiro, a Varig parece ser o exemplo de “des-governança” corporativa. Boas práticas de governança corporativa se referem à forma de se dirigir e monitorar uma sociedade; envolvem relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal; visam aumentar o valor, facilitar o acesso ao capital e contribuir para a perenidade das empresas. Os resultados da atuação dessas instâncias refletiram falta de convergência de interesses com o interesse maior da sobrevivência da empresa, falta de conjugação de forças, incapacidade de fazer os acordos e coalizões exigidos.

A segunda é sobre o papel do governo. Considerava-se que empresas como as aéreas, com presença internacional, teriam sempre o apoio dos respectivos governos com dois argumentos: a) grandes demais para quebrar; b) carregarem a bandeira do país. O argumento tornou-se irrelevante com a desregulamentação nas economias dominantes e o surgimento de novos modelos de negócio. Há, porém, que se considerar interesses do consumidor com a concentração e a possi-

bilidade de outras perdas: rotas, presença nos aeroportos e capitais internacionais, redes de contatos. Até que ponto o argumento “governos não devem salvar companhias quebradas” sobrevive em quaisquer circunstâncias? Não é responsável pelos destinos da concessão? Mais polêmica: governos tendem a representar interesses; talvez não se possa desprezar a conjectura de que conjunções de forças e *lobbies* teriam sido determinantes para os resultados.

Outra conjectura é da estratégia: até que ponto empresas com o modelo de negócio da Varig sobreviveriam num mercado com empresas enxutas? Teria sido erro dos controladores esperar compensações por supostas perdas de planos econômicos? Não teria sido uma falta total de realismo esperar algo de governos? Deveria ter sido mudado o modelo de negócio, após o “11 de setembro”?

Temos também a lei de falências: a Varig foi o primeiro grande teste da nova lei, escrita para recuperar empresas, manter serviços para a sociedade e preservar empregos (pelo menos boa parte). A lei prevê um prazo de 180 dias em que ações e execuções fiquem suspensas, impedindo que credores exerçam seu direito de retirada de bens em garantia ou solicitem a falência, enquanto se elabora



FLÁVIO DUTRA

plano de recuperação. Mas o realismo impõe que, antes, exista acerto firmado com sócios estratégicos com recursos disponíveis, e se use tal prazo para negociar com os credores e não o contrário. O conflito é que nesse prazo, credores precisam cooperar, mas geralmente apegam-se a suas estratégias, com o pior resultado para todos. Juntem-se interesses políticos, *lobbies* de concorrentes, conflitos trabalhistas e governança corporativa míope e parece que o leilão judicial é a saída para dar conforto ao adquirente quanto aos problemas de sucessão fiscal e trabalhista. O que

pode ser ilusório, dado a legislação fiscal e trabalhista e os critérios jurídicos para sucessão vigorantes. Tudo indica que a legislação, nesse aspecto, terá muito a evoluir ainda se quisermos efetivamente criar condições para a sobrevivência de empresas e empregos e, especialmente, ativos intangíveis construídos ao longo de décadas.

**Roberto Lamb**  
Mestre pela UFRGS, professor de administração financeira da Escola de Administração da UFRGS

**premiação ■**  
**Futuro da terra**

A Faculdade de Agronomia e o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS (IPH) receberam o Prêmio Futuro da Terra, uma promoção conjunta da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (Fapergs) e do Jornal do Comércio. A cerimônia ocorreu durante a Expinter, no dia 30 de agosto, com a presença do governador e autoridades do estado. Na Agronomia foi premiado o projeto de planejamento agrícola de pequenas propriedades, desenvolvido na disciplina de Planejamento Agrônomo Integrado, ministrada pelo professor Renato Levian, na categoria Novas Alternativas. Durante o último ano do curso, grupos de alunos fazem trabalho de campo junto a propriedades rurais do estado. Até hoje, realizaram-se 45 estudos em diferentes propriedades familiares, envolvendo 460 estudantes. No IPH, o prêmio na categoria Monitoramento e Educação Ambiental foi para a ação de monitoramento da microbacia do Lajeado Ferreira, em Arvorezinha. Há quatro anos, o Instituto é o responsável técnico por essa microbacia, sob coordenação do professor Gustavo Merten. Através de projetos de pesquisa, o Instituto monitora o impacto ambiental provocado pela cultura do fumo, a partir da introdução das práticas de manejo e conservação do solo e da água.



**Peixes na gaveta**

FOTOS: FLÁVIO DUTRA

Durante a Expinter, o setor de aquacultura do Departamento de Zootecnia da Faculdade de Agronomia da UFRGS promoveu, juntamente com Emater e Fepagro, e em associação com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado, Divisão de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal, atividades de esclarecimento aos produtores e ao público sobre a profissionalização na piscicultura rio-grandense e sobre o Programa Nacional de Sanidade em Animais Aquáticos.

Segundo a professora Sílvia Maria Guimarães Souza, responsável pelo setor, o projeto de lei que prevê a regulamentação sanitária da aquacultura no estado está engavetado na assessoria legislativa da Casa Civil desde 1998, ano que consta no projeto de lei - processo nº. 17876-1500/98-0. Sílvia, que há 24 anos vem trabalhando pela profissionalização da área no estado, com ênfase na piscicultura, diz que é inaceitável que até agora o projeto de lei não tenha sido encaminhado à Assem-

bléia Legislativa. "Embora o Rio Grande do Sul se destaque na piscicultura nacional, a ausência de mega-investidores no setor - como ocorre no cultivo do camarão - não incentiva o governo a legislar mais prontamente para reger a cadeia produtiva do peixe no mercado. Mas, enquanto esse projeto não for aprovado, a criação de peixes estará sujeita à falta de fiscalização, ao perigo de doenças e à profissionalização desqualificada, entre outros problemas que acarretam grande prejuízo econômico."

**extensão ■ Oficinas e minicursos**

Estão abertas as inscrições para as oficinas e minicursos que serão realizados nos dias 26 e 28 de setembro dentro da programação do 7º Salão de Extensão. As atividades, gratuitas e abertas ao público em geral, estão relacionadas a projetos de extensão desenvolvidos na Universidade. Para os apreciadores de música, existem várias opções: oficinas de violão, choro e musicalização de adultos. Os integrantes da terceira idade e os interessados no assunto terão atividades focadas para este grupo:

teatro na maturidade, atividades aquáticas para terceira idade - aprendizagem de natação, hidroginástica, *jogging* aquático e um bate-papo sobre envelhecimento ativo. Além dessas, serão realizadas oficinas de ginástica, criação de páginas na *web* e rádio comunitária, entre outras. As atividades têm vagas limitadas, e as inscrições podem ser feitas através do site [www.proext.ufrgs.br/7salao/index2.htm](http://www.proext.ufrgs.br/7salao/index2.htm). A programação completa, com horários e ministrantes, está disponível no mesmo endereço.

**manual ■ Educação patrimonial**

A Secretaria do Patrimônio Histórico da Universidade acaba de publicar o *Manual de conservação e manutenção do patrimônio histórico edificado da UFRGS*, dentro de um projeto com propostas educativas para a preservação, recuperação e utilização de espaços. Nas palavras do reitor José Carlos Hennemann, esse é "mais um investimento na preservação dos prédios



Castelinho já foi restaurado

que se constituem em bens da cidade de Porto Alegre". Ao lembrar o lançamento do projeto inicial de resgate do patrimônio histórico e cultural da UFRGS, na década de 90, o reitor afirmou que a equipe da Secretaria do Patrimônio está desenvolvendo competências na área da preservação patrimonial a serem partilhadas com outras instituições e órgãos públicos.

**intercâmbio ■ Convênios com a África**

O reitor José Carlos Hennemann e o secretário de assuntos internacionais Paulo Vizontini estiveram na África, em agosto, para estabelecer parcerias e intercâmbio com instituições acadêmicas. Em Moçambique, assinaram Protocolo de Intenções com a Universidade Eduardo Mondlane, tendo como foco a formação de professores em áreas como Agricultura e Veterinária. Eles também tiveram audiência com a direção do Instituto Superior de Relações Internacionais, com o qual a UFRGS manterá intercâmbio de professores e participará de cursos de pós-graduação. Na Universidade Pedagógica de Maputo, foram realizados os primeiros contatos para a formação superior de professores e o desenvolvimento de ensino a distância. De acordo com o reitor, estas iniciativas vêm



cumprir uma das metas de expansão das relações da UFRGS com países emergentes da África e da Ásia, que representam o futuro. Vizontini destaca a importância desta aproximação e informa que já estão sendo estabelecidos os primeiros contatos com a embaixada brasileira na Índia, para novos intercâmbios e convênios.

**Breves**

**Enquadramento**

Servidores técnico-administrativos da UFRGS têm prazo até 21 de setembro para interpor recurso junto à Comissão de Enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE). O formulário para a interposição de recurso pode ser acessado no site [www.ufrgs.br/prohr/enquad/enquad.htm](http://www.ufrgs.br/prohr/enquad/enquad.htm). Para esclarecer dúvidas, a Pró-reitoria de Recursos Humanos está atendendo no saguão do 4º andar do prédio da Reitoria, das 9h às 17h.

**Assufrgs**

No dia 20 de setembro, a Associação dos Servidores da UFRGS completará 55 anos de existência. Desde o início do mês, a entidade está realizando atividades comemorativas, divulgadas na página [www.assufrgs.com.br](http://www.assufrgs.com.br). A festa de aniversário está marcada para o dia 19, a partir das 20h30min, e os convites podem ser adquiridos no setor de convênios da entidade.

**Representação internacional**

Até o ano de 2010, a professora titular de Educação Musical do Instituto de Artes da UFRGS, Liane Hentschke, presidirá a *International Society for Music Education* (Isme). A posse ocorreu recentemente, durante o 27º Congresso Mundial da Isme em Kuala Lumpur, na Malásia. A professora Liane é a quarta mulher e a primeira brasileira a assumir a presidência em 53 anos de existência dessa associação, que integra o Conselho Internacional de Música e é órgão conselheiro da ONU. A função da Isme é compartilhar entre seus membros as múltiplas manifestações musicais existentes nas diferentes culturas e sociedades.

**Honra ao mérito**

O professor Paulo Warth Gick, responsável pela implantação do curso de bacharel em língua japonesa do Instituto de Letras da UFRGS, recebeu em agosto o diploma de honra ao mérito do ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão. Gick tem atuado nos últimos 25 anos, juntamente com a representação diplomática do Japão em Porto Alegre, na divulgação da cultura japonesa no Brasil. Foi o fundador do Núcleo de Estudos Japoneses (Neja) da UFRGS e da companhia teatral *Palco pra toda obra*, que há dez anos vem se dedicando à pesquisa do teatro japonês.

**Judô**

Willy Schneider, estudante do quarto semestre do curso de Educação Física da Esef, foi o primeiro desportista gaúcho a disputar um mundial master de judô. Ele recebeu a medalha de bronze no campeonato realizado de 25 de junho a 2 de julho, na cidade de Tours, na França. Para o estudante, que está a procura de patrocinadores, toda experiência, é fundamental para que, em 2007, ele possa participar do Mundial Master de Judô, que será realizado em São Paulo.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa

**XVIII Salão de Iniciação Científica**  
**XV Feira de Iniciação Científica**  
**I Salão UFRGS Jovem**

**15 a 20 de outubro de 2006**  
**Campus Central - UFRGS**

www.ufrgs.br/propesq

UFGRS  
prospesq

ARTE: DANUSA OLIVEIRA E ADRIANA SUGIMOTO

**Redação e edição**

Jacira Cabral da Silveira (interina) | Fone: 3316-3497 | E-mail: [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br)



## O LUGAR DO IDOSO NA NOSSA SOCIEDADE

As sociedades mudaram, os idosos também. Os velhos de hoje não são iguais aos das gerações que os precederam. Em geral, são mais saudáveis, mais dispostos, mais alegres e menos dependentes. Justamente por isso, vivem mais e já começaram a ocupar novos espaços. Mas são também um grupo heterogêneo, porque sua faixa etária pode se estender até além dos 100 anos. E entre eles existem enormes diferenças em relação à saúde, recursos financeiros e características pessoais. Sem negar o grande avanço dos idosos na participação social, a sociedade, baseada na produção e na economia, continua vendo os mais velhos como um peso inútil. E sua inclusão no mercado de trabalho pode ser um sinal da limitação das aposentadorias. Mas há esperança. Conforme a assistente social especialista em Gerontologia Social, Eliane Blessmann, os participantes do programa para idosos com o qual ela colabora na Esf vêm realizando atividades de que até então não se consideravam capazes por não terem se permitido experimentar. E o professor Johannes Doll, coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, garante que a luta por uma sociedade em que todas as idades, inclusive os velhos e os muito velhos, tenham espaço digno continua.



FLAVIO DUTRA

## Da velhice à terceira idade

Johannes Doll\*

Antigamente, quando as pessoas ficavam velhas, elas se retiravam para seus “aposentos”. Desde então, muitas coisas mudaram: tanto as sociedades, quanto as pessoas idosas. No processo de industrialização, os saberes e as experiências dos idosos perderam em importância e a teoria da modernização, primeiramente mencionada por Leo Simmons em 1945, pressupõe que quanto mais desenvolvida e tecnológica uma sociedade é, mais baixos seriam a influência e o *status* das pessoas idosas. Apesar de certas críticas a esta posição, podemos afirmar que a aceleração da produção capitalista da sociedade industrial levou à exclusão do mercado de trabalho daqueles considerados velhos. De fato, as sociedades capitalistas, fundamentadas no pensamento produtivo e econômico, não conseguem oferecer nem espaço, nem um sentido para seus membros mais velhos, mesmo se a aposentadoria ainda garante a sobrevivência. Na discussão gerontológica, esta situação foi chamada de “papel social sem papel”, pela falta de modelos e orientações em relação aos comportamentos, atividades e contribuições das pessoas idosas. Esta fase era vista somente de forma negativa: não-trabalho, não-reprodução, não-produtividade.

Felizmente, não só as sociedades mudaram,

também as pessoas idosas de hoje não são mais iguais às de antigamente. Em primeiro lugar, aumentou significativamente o número de idosos nas sociedades atuais, em função da diminuição da taxa de fecundidade e do aumento da expectativa de vida. Em segundo, a grande maioria deles hoje é mais saudável e tem muito mais disposição do que antigamente. E, finalmente, eles começaram a ocupar novos espaços e dar outras formas a esta fase de vida chamada “velhice”, que também mudou seu nome para “terceira idade”.

Como é, então, a situação das pessoas idosas hoje no Brasil? Em primeiro lugar, temos que constatar que se trata de um grupo altamente heterogêneo, pois a pessoa idosa pode ter 60 ou 103 anos. Também existem diferenças enormes em relação à saúde, em relação aos recursos financeiros, mas também às características pessoais.

Quanto ao mercado de trabalho, observamos hoje uma participação forte dos idosos. Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), destaca que, no Brasil, as pessoas não saem necessariamente

*Sem negar o grande avanço na participação do idoso em nossa sociedade, ainda existem restrições*

do mundo do trabalho com a aposentadoria. Dos homens com 60 anos, 65% ainda estão ativos, e mesmo entre os que têm 75 anos, 37% ainda exercem uma atividade (dados PNAD, 1997). Além disso, outros espaços foram conquistados. Desde 1964, quando começou no SESC de São Paulo o primeiro grupo para pessoas aposentadas no Brasil, a rede dos grupos de convivência aumentou e diversificou muito. As ofertas de lazer para pessoas idosas abrangem hoje centros de convivência, atividades esportivas, cursos, bailes, grupos de convivência, universidades da terceira idade, viagens especiais etc. As universidades assumiram um papel importante nestas mudanças, seja pela abertura de espaços específicos na própria universidade, seja pela participação de representantes das universidades nos conselhos estaduais e municipais do idoso, seja através da formação de profissionais especializadas ou pelos estudos e pesquisas.

Então, tudo bem?

Infelizmente, nem tanto. Sem negar o

grande avanço em relação à participação social do idoso na nossa sociedade, ainda existem bastantes restrições. As sociedades focalizadas na produção e na economia continuam vendo seus membros mais velhos como peso inútil (saúde, aposentadoria) e não conseguem oferecer um sentido para este grupo. A inclusão no mercado de trabalho aumentou, mas também pode ser um sinal das limitações das aposentadorias, além do que a grande maioria das atividades exercidas por pessoas idosas não pertence mais ao mundo formal de trabalho, restringindo-as ao trabalho inseguro e, muitas vezes, de subemprego do mercado informal. Finalmente, quem ganhou visibilidade e espaço na sociedade foram os idosos ativos. Não podemos esquecer que atualmente está aumentando o grupo das pessoas muito idosas que, geralmente, correm maior risco de serem comprometidas com doenças e necessitam outros tipos de atendimento do que jogos da terceira idade ou grupos de convivência. A luta por uma sociedade em que todas as idades, inclusive os velhos e muito velhos, tenham um espaço digno continua.

\*Johannes Doll, professor da Faculdade de Educação e coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento

## Rompendo estereótipos

Eliane Jost Blessmann\*

Uma das transformações sociais mais importantes observadas no Brasil desde a metade do século passado é o prolongamento da vida, e este cenário vem provocando mudanças na sociedade, que se refletem em diferentes formas de viver a velhice. A realidade do envelhecimento populacional e da longevidade impõe novas experiências e, conseqüentemente, a revisão de conceitos. Durante muito tempo, a velhice foi sinônimo de doença e inatividade. Hoje, na perspectiva teórica do curso de vida, emerge uma outra concepção para o envelhecimento, agora evolutiva, que resguarda o potencial do desenvolvimento dentro dos limites de plasticidade individual, compreendida como a capacidade do indivíduo de gerar mudanças e realizar adaptações de acordo com suas experiências anteriores. Assim, a velhice passa a ser compreendida como uma etapa da vida que pode ser vivida com muita atividade.

Diante da possibilidade de uma contínua expansão da expectativa de vida e suas perspectivas em termos de autonomia física e mental, deve ser considerado que o idoso não vive isolado e que o seu bem-estar depende, em parte, do que a sociedade tem a lhe oferecer.

Para compreendermos o espaço que o ido-

so ocupa em nossa sociedade é interessante sabermos quem são os idosos de hoje. Pelos indicadores estatísticos brasileiros podemos caracterizar esse segmento populacional como sendo predominantemente do sexo feminino; com maior concentração em espaços urbanos; os homens são chefes de família, morando com esposa e filhos; e no caso das mulheres é elevado o índice de viúvas, contrastando com o alto percentual de homens casados. Se considerarmos a autonomia e a falta de renda como indicadores de dependência do idoso, é baixa a proporção de idosos sem renda, e o percentual dos que dependem de outras pessoas para a realização de suas atividades de vida diária não alcança 20%, o que caracterizaria a autonomia e a independência dessa população.

Em nosso trabalho profissional, acompanhamos, ao longo de 20 anos, as mudanças ocorridas na sociedade, no que diz respeito ao comportamento deste grupo etário. Até então, mitos e preconceitos decorrentes de uma concepção errônea de velhice, pautada tão somente nas perdas e limitações ineren-

*O bem-estar do idoso depende, em grande parte, do que a sociedade tem a lhe oferecer*

tes ao processo de envelhecimento, marcaram uma imagem de idoso impregnada de inatividade, de superproteção e associada à doença. Uma nova visão o reintegra à sociedade, através da abertura de novos espaços que lhe oportunizam a participação em programas sociais, culturais e recreativos. Estas atividades são de grande importância para as pessoas idosas, pois como disse Simone de Beauvoir, é na falta de perspectivas que as pessoas se voltam para o passado, vivendo de suas lembranças e fazendo destas uma defesa ou uma arma, principalmente quando o presente que vivem e o futuro que apresentam se decepcionam.

Pelo conjunto de atividades que desenvolvem, os idosos apresentam-se como seres ativos, redefinindo sua experiência de forma a se contrapor aos estereótipos ligados à velhice. Abertos a novas experiências, ocupam diferentes espaços na sociedade, desfrutando das inúmeras possibilidades de relacionar-se, de expressar-se, de movimentar-se, de aprender, de criar e de vibrar. Em sín-

tese, eles estão reintegrados à sociedade. O idoso, mesmo aposentado, está permanecendo ou retornando ao mercado de trabalho, o que pode significar renda mais elevada, bem como autonomia física e mental. É crescente o interesse pela educação formal e informal na busca pelo conhecimento, o que justifica o surgimento das universidades da terceira idade, e ainda, como possibilidade de realização pessoal e de aproveitamento de um potencial resultante da experiência de vida, os idosos estão envolvidos com o trabalho voluntário.

Trabalhando na coordenação do Centro de Lazer e Recreação do Idoso (Celari), projeto de extensão da Escola de Educação Física da UFRGS, que consiste em um programa de atividades físicas, esportivas, recreativas, sociais e culturais para idosos, podemos verificar um revelar-se por inteiro pelos participantes, rompendo com mitos e preconceitos, realizando atividades que até então não se consideravam capazes, na verdade por não terem se permitido experimentar.

\*Assistente social especialista em Gerontologia Social, mestre em Ciências do Movimento Humano

# Jovem sofre com falta da referência adulta

**Comportamento** *Psicanalista reflete sobre a violência na juventude em simpósio internacional na UFRGS*

**Jacira Cabral da Silveira**

A tendência anti-social na adolescência é sinal de saúde, mas pode resultar em agressividade desenfreada caso não encontre na família ou na escola um obstáculo a estes ímpetus naturais. Segundo o médico psicanalista José Outeiral, esta ausência de obstáculo faz com que o gesto agressivo, originariamente saudável, torne-se “cada vez mais amplo, desorganizado, desesperado e, por fim, destrutivo e violento”.

Ao participar do II Simpósio sobre Juventude, Violência, Educação e Justiça, realizado de 1º a 3 de agosto na UFRGS, o psicanalista afirmou que toda criança e adolescente na atualidade, independente da situação econômica familiar, sofre as consequências de uma sociedade marcada pela desinvenção da infância e pelo processo cultural da ‘adultercência’. Nessa sociedade, a adolescência não é mais um processo evolutivo e sim uma forma de ser, e o adulto, numa abordagem terapêutica, torna-se uma espécie em extinção.

Em um de seus artigos, veiculado na página [www.joseouteiral.com](http://www.joseouteiral.com), o psicanalista cita o conceito de adulescente conforme David Rowan na obra “Um glossário para os anos 90”: “Pessoa imbuída de cultura jovem, mas com idade suficiente para não o ser. Geralmente entre os 35 e 45 anos, os adulescentes não conseguem aceitar o fato de estarem deixando de ser jovens”.

E se não há mais adultos, quem educa estes jovens? Afinal de contas não há um referencial para que o adolescente possa se identificar, construindo assim padrões éticos e morais. Conforme Outeiral, o que existe são exemplos de indivíduos na idade adulta que agem de forma irresponsável, denunciando “uma atitude própria de uma adolescência patológica”.

Tais referenciais contraproducentes não se restringem ao âmbito privado, na medida que, recentemente, personalidades públicas tiveram seus nomes envolvidos em escândalos. Para ilustrar o fenômeno, cita o caso do juiz de Roraima, que ordenou a retirada da população nativa de uma terra indígena, homologada pelo governo federal, mas não agiu quanto aos ataques perpetrados meses antes contra as quatro aldeias. Assim, ninguém foi preso ou julgado pelo episódio. Para Outeiral, este é um exemplo típico de uma adolescência patológica.

**Cuidado perdido** – De acordo com o último senso do IBGE, a primeira causa de morte de jovens no Brasil é o homicídio, seguido dos acidentes de trânsito, do suicídio e, por último, das doenças orgânicas. Há cerca de 12 anos, o homicídio ocupava a quinta causa de morte neste segmento da população. Outeiral cita outra estatística que revela ser também o homicídio a primeira causa de morte de meninos entre 5 e 15 anos na cidade de São Paulo.

Na tentativa de explicar os dados alarmantes que envolvem a juventude em tamanha violência, o psicanalista traz alguns conceitos, traçando nexos entre eles. Dois deles são: a privação e a deprivação. Enquanto aquela diz respeito à ausência total de cuidado, resultando em patologias muito severas, a deprivação se refere ao cuidado



Jovens são os principais envolvidos em distúrbios, como os ocorridos no último Grenal

WALTER KARWATZKY/PROJETO CONTINIO

perdido. E a forma das crianças e adolescentes sinalizarem esta situação é através da tendência anti-social, quando tentam resgatar aquilo de que foram privados.

“Quando uma criança rouba um lápis de cor, na verdade não é o objeto que ela furta. Do contrário, resolveríamos o problema dando a ela cinco caixas de lápis. O que ela furta é algo de que acredita ter propriedade.” Conforme o especialista em psiquiatria para crianças e adolescentes, o lápis representa o cuidado e o afeto negado a estes indivíduos em formação.

“Vejo este furto como um sinal de esperança”, diz ele. O espanto que tal afirmação de Outeiral possa ter causado ao leitor, possivelmente, foi o mesmo provocado em um de seus anfitriões na viagem que fez a São Paulo, a convite da então Febem. Quando se dirigiam ao ae-

## De acordo com o IBGE, a primeira causa de morte de jovens é o homicídio

roporto, presenciaram a distância o incêndio no prédio da Fundação, provocado pelos adolescentes internos que protestavam no terraço do edifício em chamas. “Ainda há esperança”, exclamou. Para o psicanalista, aquele ato extremo era uma tentativa de visibilidade por parte dos adolescentes, demonstrando que eles ainda acreditavam que podiam ser ouvidos, que haveria alguém que os escutasse. “Se ficarem quietos, terão a morte súbita. Estarão vivos, mas sem existência como pessoas.”

**Isolamento familiar** – Outeiral diz que nos anos 60 ocorreu um fenômeno interessante no Brasil quando houve uma grande migração para os centros urbanos. Enquanto, na década anterior, a população urbana era cerca de 25%, nos anos 60 passava pra 65%. “Alteram-se assim, o tecido social de amparo à criança e ao adoles-

cente,” comenta o especialista. Ao rumar para as cidades, as famílias trocaram o convívio com parentes e amigos pelo isolamento urbano, deixando para trás esses parentes e amigos. Neste isolamento, eles experimentaram também a dificuldade do reconhecimento como pessoas.

Um pouco mais adiante, nos anos 70, esta lacuna na relação interpessoal – relação na qual nosso mundo como sujeito psíquico se estrutura – vai provocar uma expressão comum entre os jovens: é quando os alunos passam a tratar os adultos, e os professores em especial, por tios e tias.

Durante algum tempo Outeiral trabalhou com a obra de Paulo Freire por quem tem grande admiração, mas, contrariando o mestre, percebeu o lado positivo do emprego da expressão ‘tio’ entre crianças e jovens. “Eu diria que eles nos chamam de tios, numa tentativa nostálgica e esperançosa de reconstituir uma rede de amparo que o bebê humano, que é o mais desamparado de todos os mamíferos, inevitavelmente precisa.”

“Ser ou não ser, eis a questão.” Neste tecido social roto e esgarçado que o homem contemporâneo experimenta, como avalia o psicanalista, o foco já não é mais o Édipo de Freud, mas o Hamlet de Shakespeare. Nesta perspectiva, ele afirma que é possível que um número significativo das crianças em situação de risco não se constituem mais como pessoas, e que tenham profundas patologias das denominadas doenças do vazio – nas quais não há nenhum conflito estabelecido. “Há sim, um sentimento de não-existência e, muito provavelmente, a falta da constituição do sujeito psíquico. E é através das drogas que eles conseguem algum elemento de subjetivação.”

Segundo o especialista, a prática da terceirização, cada vez mais freqüente na cultura contemporânea, chegou à vida doméstica. Com a crise familiar, avalia o psicanalista, há o repasse dos cuidados parentais à escola e às demais instituições. “Sentem-se incapazes de cumprir esta função.”

## Simpósio discutiu juventude, violência, educação e justiça

Cerca de 400 especialistas e professores participaram do II Simpósio sobre Juventude, Violência, Educação e Justiça que se realizou de 1º a 3 de agosto na Faculdade de Direito, numa promoção conjunta da Faculdade de Educação (Faced) da UFRGS, da Universidade de Austin, no Texas, e da Capes. O encontro teve por objetivo a troca de experiências e pesquisas nas áreas da juventude, justiça e educação. Ao todo, foram apresentados 30 trabalhos e realizadas nove mesas de discussões, divididas em três grandes eixos: juventude e legislação; juventude e juventudes no mundo contemporâneo; juventude e educação.

Carmem Craidy, professora da Faced e uma das responsáveis pelo intercâmbio do lado brasileiro, atribuiu o elevado número de inscritos no Simpósio à gravidade do tema. Embora reconheça a falta de recursos para o atendimento aos adolescentes, a doutora em Educação considera que também há carência de oportunidades para o aprofundamento científico das questões. “As pessoas estão sedentas por aprender mais, por buscar equacionar os problemas e avançar na elaboração e concepção das questões. Este simpósio é uma prova disso.”

O próximo passo será o envio de estudantes ao Texas para doutorado-sanduíche ainda em 2006, além de aprofundar o intercâmbio de pesquisa e discussão. O convênio entre as instituições organizadoras do evento prevê três tipos de atividade: realização de simpósio; intercâmbio de estudantes; trabalho de pós-doutorado e publicações conjuntas.

Para Carmem Craidy, a transformação da Febem em Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)

representou avanço ao prever que o adolescente não pode ser privado de liberdade sem o devido processo legal. Por outro lado, o fato de só haver meninos processados na Fase, com crimes comprovados, criou uma concentração de casos mais comprometidos, acarretando um controle maior por parte do sistema.

“Contrariamente ao que se diz, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) criou muito mais controle sobre o adolescente do que havia antes. E a prova está na comparação do número de internos antes e depois da criação do estatuto.” Segundo a professora, no ano em que foi promulgado o Eca, havia 250 internos, número que foi reduzido para 150 naquele mesmo ano. “Hoje são 1.100, além de seis mil adolescentes em medidas abertas, todos com processo judicial.”

Tais dados evidenciam não apenas o aumento da violência como também – conforme dados da pesquisa *Medidas sócio-educativas do Rio Grande do Sul, condições de execução e dimensão pedagógica*, coordenada pela especialista – a redução de ocorrências policiais com adolescente. Por outro lado, cresceram os casos de privação de liberdade e o cumprimento de medidas em meio aberto.

Craidy levanta a questão da eficiência das medidas adotadas no estado do Rio Grande do Sul: “Esse controle é para o bem ou para o mal?”, pergunta. Segundo ela, na maioria dos casos, as medidas são executadas como pena, sem qualquer acompanhamento ou apoio pedagógico. Com base em sua pesquisa, a professora afirma que, em geral, os meninos são simplesmente condenados a se apresentarem semanalmente à liberdade assistida, ou a prestar serviços não remunerados.



# Atividades que ampliam as fronteiras da universidade

## Extensão

*A integração de diferentes áreas do conhecimento é o tema do 7º Salão de Extensão*

De 24 a 28 de setembro, no Campus Centro, bolsistas de extensão da UFRGS e de outras instituições da região sul terão oportunidade de ver seus trabalhos reconhecidos e premiados. O 7º Salão de Extensão, nas palavras da pró-reitora Sara Viola Rodrigues, “será o momento de apresentar e avaliar os projetos realizados por alunos e coordenadores fora da universidade”. Esta edição terá como foco a interdisciplinaridade e, além das apresentações de trabalhos, promoverá oficinas, minicursos, palestras e apresentações artísticas.

“A extensão tem o objetivo de transformar a sociedade. Ela tem caráter bidirecional: leva o conhecimento produzido na universidade para fora, mas também traz conhecimento de volta, principalmente saberes populares”, explica a pró-reitora. Os projetos surgem, em grande parte, de demandas externas; há casos em que representantes de comunidades com problemas procuram a UFRGS para solicitar algum tipo de intervenção. Dentro da universidade também fervilham idéias para colocar em prática a teoria aprendida nas salas de aula; a Pró-reitoria de Extensão recebe centenas de pedidos para registro de projetos e já há mais de 1.500 cadastrados nos bancos de dados.

Um exemplo de projeto de extensão é o “Era uma vez... visita da fantasia”. Através do simples ato de contar histórias, bolsistas auxiliam na terapêutica de crianças internadas no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. O trabalho atende crianças desde a área de recreação da pediatria até a unidade de tratamento intensivo. Os acompanhantes também são beneficiados pelo projeto. A coordenadora, professora Eliane Moro, vê



Ações de extensão trabalham com diferentes segmentos da comunidade

em contar histórias uma forma de catarse à tensão vivida pelas crianças e suas famílias: “A imaginação transporta o paciente para lugares além da realidade do hospital, aliviando a necessidade do isolamento”.

A maior parte dos pedidos de registro que a Prorext recebe se refere a projetos da área social, o que, na visão da pró-reitora Sara Viola, é resultado das dificuldades econômicas e sócio-educativas vividas no Brasil. Ela ressalta, porém, que não se pode encarar a extensão simplesmente como um serviço, uma assistência que a universidade oferece. “Um projeto tem objetivo, tem método e planejamento. É necessário realizar um estudo antes de se interferir em um determinado local”, esclarece. Segundo ela, a boa extensão está sempre amparada na pesquisa e no ensino de qualidade, o que a deixa em pé de igualdade com a pesquisa científica e a graduação na importância da formação profissional.

Na opinião da pró-reitora, se o conhecimento que se constrói dentro da universidade fica restrito a ela, acaba perdendo a razão de ser. “O extensionista precisa ser uma pessoa ligada ao mundo, estar em sintonia com a sociedade, do contrário não consegue interferir”, afirma. A qualificação não

se restringe ao nível acadêmico, mas também ao da cidadania, pois o estudante é obrigado a tomar uma posição ativa. Para a bolsista de extensão e aluna de História, Daniela Robl, poder atuar na sociedade e não apenas como produtora de conhecimento é o principal atrativo do projeto em que trabalha. Daniela faz parte de um curso que ensina escolas públicas a elaborar e avaliar projetos sociais, uma requisição do programa Escola Aberta do MEC.

Como no ano passado, todos os projetos de extensão da UFRGS vão ser apresentados. A avaliação terá como critérios a estrutura da apresentação, o domínio do conteúdo, a clareza, a adequação dos recursos audiovisuais e do tempo disponível. Todos os estudantes que receberem destaque em sua área ganharão produtos com a marca da Universidade e crédito nas Livrarias da UFRGS. Além disso, os destaques concorrerão a três prêmios: um *notebook* (1º sorteio), uma câmera digital (2º sorteio) e um projetor multimídia (3º sorteio). Segundo a pró-reitora, optou-se por prêmios que possam ser úteis aos projetos de extensão: “A premiação é para estimular, ela representa o nosso carinho e reconhecimento ao trabalho e esforço dos estudantes”. (LRL\*)

FERNANDA RECHENBERG/NÚCLEO DE FOTOGRAFIA DA FABICO

## PROGRAMAÇÃO

**25 de setembro – segunda-feira**  
10h Visita orientada aos jardins temáticos da exposição Homem-Natureza

**26 de setembro – terça-feira**  
9h Abertura oficial do 7º Salão de Extensão  
9h30min Mesa-redonda: Ampliando as fronteiras tecnológicas  
Palestrante: Paulo Antônio de Souza Júnior (cientista colaborador da Nasa)

**27 de setembro – quarta-feira**  
9h Mesa-redonda: Ampliando o acesso à universidade  
Palestrante: Ricardo Manuel dos Santos Henriques (secretário do Secad/MEC)

**28 de setembro – quinta-feira**  
9h às 11h Encontro da extensão  
17h30min Sessão de premiação de trabalhos  
Encerramento  
Programação completa disponível no site [www.proext.ufrgs.br/7salao](http://www.proext.ufrgs.br/7salao)

# Em busca do entendimento global

*Encontro Estudantes reproduzem ambiente das Nações Unidas*

O UFRGSMUN (Model United Nations) reúne anualmente estudantes de várias partes do mundo para debater importantes questões internacionais. Os inscritos escolhem um país que desejam representar, formando delegações num total de 250. Serão simuladas, de forma realista, conferências das Nações Unidas, respeitando formalidades de trajes e tendo o inglês como língua oficial. Os conferencistas se dividem em seis diferentes órgãos, que tratam desde assuntos culturais até questões de segurança. Os tópicos trabalhados são previamente selecionados pelos comitês organizadores, formados em sua maioria por alunos com experiência em eventos anteriores. Apesar de ter chegado à UFRGS

somente em 2003, o encontro ocorre pelo mundo há mais de 50 anos. No Brasil, a atividade já se estende por outras cinco capitais, sendo Brasília a principal. O objetivo é introduzir estudantes em um ambiente semelhante ao das Nações Unidas, esclarecendo como o diálogo entre os diferentes países afeta a vida das pessoas. Os jovens têm a oportunidade de praticar liderança, ganhando experiência em conversas multilaterais, negociações, oratória e construção de consensos. Essa preparação é importante principalmente para o curso de relações internacionais, de onde vem a maior parte dos inscritos.

Como a diplomacia não exige uma graduação específica, o UFRGSMUN é aberto para todos os cursos.

O estudante de economia Gustavo Meira Carneiro vê nesse evento uma oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sua área: “É muito bom, porque posso usar no âmbito das relações diplomáticas o que aprendo na faculdade”. Os tópicos em discussão, por envolverem assuntos de variados campos, requerem uma atuação igualmente diversificada de futuros profissionais. Este ano, os organizadores esperam uma participação maior de estudantes de Ciências Humanas, a fim de ampliar o conhecimento envolvido nos debates.

Além de acréscimo ao currículo e à experiência profissional, o evento privilegia o contato social entre pessoas de diversas partes do mundo. “Nos conhecemos em um dos

debates e ficamos amigas”, contam as estudantes de relações internacionais Helena da Jornada e Larissa Schneiders, que também já visitaram outras cidades, participando de MUNs. Quanto a uma possível dificuldade dos participantes para se expressar claramente em língua inglesa, Larissa acredita que não existe e acha que o respeito de uma língua oficial contribui para observar a seriedade do evento.

O UFRGSMUN ocorre de 31 de outubro a 4 de novembro no hotel Plaza São Rafael. Inscrições e mais informações através do site [www.ufrgs.br/ufrgsmun](http://www.ufrgs.br/ufrgsmun).

\*Luiz Ricardo Linch, estudante do 8º semestre de jornalismo da Fabico

## Vitrine dos periódicos

**REAd – Revista Eletrônica de Administração**  
[www.read.ea.ufrgs.br](http://www.read.ea.ufrgs.br)

Edição 51, vol. 12 n.º 3 – maio/junho de 2006  
Revista eletrônica bimestral da Escola de Administração  
Editor: Luis Felipe Nascimento

**REAd** A publicação foi a primeira revista

eletrônica da área na América Latina e traz em sua edição mais recente 10 artigos, que podem ser acessados integralmente mediante cadastramento gratuito. Um dos textos trata da “Responsabilidade social corporativa como elemento de atração de talentos: percepção dos alunos destaques do curso de administração”. O artigo, de autoria de Angela Beatriz Garay, apresenta um estudo da percepção de jovens talentos do curso de Administração de Empresas sobre a importância que dão ao posicionamento socialmente responsável no momento de escolha da empresa em que gostariam de trabalhar/estagiar. Entre os resultados do estudo verificou-se que, quando os jovens escolhem uma empresa, atribuem à questão da responsabilidade social uma importância média. Também apareceram como importantes: a possibilidade de ascensão na carreira, os benefícios e a remuneração que a empresa oferece e sua reputação no mercado, bem como ter investimentos em treinamento e desenvolvimento. Outro destaque foi constatar a preocupação dos estudantes em relação à conduta da empresa com os funcionários.

**In Texto**  
[www.intexto.ufrgs.br](http://www.intexto.ufrgs.br)

Edição 14, 2006/1  
Revista eletrônica do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Fabico  
Editora: Karla Maria Müller

**In texto** A revista traz artigos que tratam de questões relativas aos estudos do jornalismo, comunicação e cidadania, relações entre psicologia social e comunicação e

identidade, entre outros. Também estão disponibilizadas duas resenhas de livros, uma delas sobre a obra “Europa: uma aventura inacabada”, de Zygmunt Bauman. Um dos destaques da edição é o artigo intitulado “Debate público e identidades coletivas: a representação de moradores de favela na produção cultural da televisão brasileira”, que discute as possibilidades que a televisão pode oferecer na contribuição para o debate público e para a construção de identidades coletivas. A autora, Simone Maria Rocha, traz como exemplo empírico a minissérie *Cidade dos Homens*, exibida pela Rede Globo em 2002.

# UFRGS discute política de cotas raciais e sociais

**Inclusão**  
*Especialistas e representantes de grupos étnicos participaram de encontro sobre ações afirmativas*

**Ânia Chala**  
**e Jacira Cabral da Silveira**

O seminário “Experiências de ações afirmativas: cotas étnicas e cotas sociais”, realizado no dia 21 de agosto no Salão de Atos da Universidade, embora tenha reunido poucos professores e técnicos administrativos, teve boa participação de estudantes ligados aos diretórios acadêmicos e a grupos organizados de afro-descendentes e indígenas.

Na palestra de abertura, realizada pela manhã, a procuradora Dora Lúcia Bertúlio, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), falou sobre as cotas étnicas nas universidades públicas; o representante do MEC, Jaime Giolo, abordou o tema de cotas sociais para egressos do ensino médio em escolas públicas; e, por fim, a professora Eunice Ribeiro Durham, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes) da Universidade de São Paulo, apresentou uma visão crítica à política de cotas. Na parte da tarde, foram feitos relatos dos resultados obtidos pelas universidades federais da Bahia e do Paraná, e pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que aderiram à política de ações afirmativas.

Segundo dados divulgados no site da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade da Presidência da República, a reserva de vagas para negros e indígenas no Brasil já foi adotada em 30 instituições de ensino superior. Além disso, foram distribuídas 203 mil bolsas de estudo em instituições particulares para egressos da rede pública de ensino, das quais 63 mil foram destinadas a negros e 2 mil a indígenas.

**Ano eleitoral adia decisões** – Em sua palestra, a procuradora da UFPR, Dora Lúcia Bertúlio, afirmou que a principal questão surgida da discussão sobre as alternativas de ação afirmativa no Brasil pode ser condensada numa pergunta, ao mesmo tempo, fantástica e terrível: “O que temos nós, negros e indígenas, que causa tanto pavor e horror à sociedade brasileira?” Para ela, as reações à proposta de ações afirmativas, que fa-

ilitam o acesso ao ensino superior para negros e índios, evidenciam o temor de que este grupo populacional faça parte das relações de poder dentro da sociedade.

A procuradora entende que é importante fazer com que a sociedade brasileira seja mais justa, promovendo a distribuição de renda adequada às necessidades dos indivíduos. Ela salientou que o racismo contra a população negra produz resultados nefastos nos índices de qualidade de vida e no próprio desenvolvimento nacional.

Dora Lúcia afirmou que os argumentos contrários às ações afirmativas são racistas, “porque a nossa sociedade é formada social, econômica e juridicamente a partir de valores racistas”. Ela entende que esses argumentos embutem um jogo de convencimento que a nossa formação racista tende a aceitar. Por exemplo, o argumento de que somos todos brasileiros, miscigenados e que, portanto, não há por que fazer com que as pessoas tenham que declarar sua etnia não se sustenta, na medida em que brancos, negros e indígenas têm cada movimento de suas vidas apreendido a partir do seu pertencimento racial. A procuradora também ressaltou que os programas de ação afirmativa não descartam as provas de seleção, necessárias para que se estabeleça um parâmetro do conhecimento que o estudante deve ter.

Perguntada sobre as perspectivas de ampliação da política de cotas nas universidades públicas em ano eleitoral, Dora Lúcia respondeu que está apreensiva. “Em função da autonomia universitária, o governo deixou em segundo plano qualquer normatização da área, e aqueles que não são favoráveis à implantação das cotas começaram a jogar com a necessidade de termos uma lei. Isso retraiu as iniciativas das universidades. Não tenho qualquer expectativa de que os projetos de lei das cotas e do Estatuto da Igualdade sejam aprovados agora, pois estamos prestes a mudar a Câmara e o Senado.” A procuradora concluiu afirmando que o movimento favorável às ações afirmativas terá que pressionar as administrações das universidades para que elas façam os seus programas.

**Eficácia duvidosa** – Para a professora Eunice Durham, nosso país dificilmente chegará a ter todos os jovens nas universidades, independentemente da política que adotar, mas poderá alcançar cerca de 80%



Crianças da aldeia Guarani da Lomba do Pinheiro, assim como outras minorias, aguardam definição

FLAVIO DURIA

no ensino superior. Na avaliação dela, enquanto as universidades são eminentemente acadêmicas e teóricas, com a obrigatoriedade de desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, o sistema do ensino superior também prevê instituições nos moldes dos *colleges* americanos, que formam em menor tempo e não exigem excelência em pesquisa. “A universidade é uma opção que está fora dos interesses da maior parte da juventude brasileira, qualquer que seja sua classe social ou renda familiar”.

Com relação à adoção de políticas afirmativas através de cotas raciais, Eunice disse duvidar da eficácia destas medidas frente à desastrosa realidade do sistema nacional de ensino. Segundo a professora, o problema da exclusão na educação brasileira é mais abrangente, e não se restringe aos negros ou aos índios, nem pode ser solucionado através de uma política de cotas.

A professora informou que, de cada 100 crianças que ingressam no ensino fundamental, apenas 60 o concluem; e, das 100 que ingressam no ensino médio, só 25% chegam

ao final do curso. “A ênfase excessiva na questão de cotas está falseando o problema, deixando de lado a questão fundamental que é cuidar da qualidade do ensino.”

A educadora disse acreditar que os egressos do ensino médio público não têm condições de competir por uma vaga nas universidades. Por isto, defende a oferta de cursos pré-vestibulares àqueles que estudaram em escolas públicas. “O racismo é um dos fatores que dificulta a entrada dos negros na universidade, mas não é o único”, comenta. Esse processo de estranhamento começa bem antes no ensino fundamental.

De acordo com Eunice, o despreparo dos professores para tratar do assunto acaba marginalizando a todos os que participam da convivência escolar. Situação agravada pela precariedade do ambiente cultural das famílias, fator que reduz ainda mais as chances do êxito escolar.

Finalmente, ela defendeu o resgate da contribuição positiva dos negros, afirmando que é preciso recuperar junto aos currículos escolares a contribuição cultural de figuras como o escritor Machado de Assis, e o escultor Aleijadinho. “Temos uma série de grandes contribuições de mestiços na arte e na literatura. Nossa cultura não é branca, é afro-européia.”

*Apesar de já adotada por 30 instituições, iniciativa ainda gera poêmica*

## Breve histórico da ações afirmativas no mundo

O conceito de cotas raciais originou-se do debate sobre ações afirmativas ocorrido nos Estados Unidos na década de 60. Os norte-americanos viviam um momento de luta pela ampliação dos direitos civis, tendo como bandeira central a igualdade de oportunidades. No mesmo período, o movimento negro ganhou força, apoiado por liberais e progressistas brancos.

De acordo com a pesquisadora da Faculdade de Educação da Universi-

dade de São Paulo, Sabrina Moehlecke, “é nesse contexto que se desenvolve a idéia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra”, explica a pesquisadora.

Essa noção de ação afirmativa se expandiu, resultando em diferentes experiências em diversos países, entre eles Índia, Malásia, Austrália,

Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba e vários países da Europa Ocidental. Conforme a realidade local, o público-alvo concentrou-se entre grupos de minorias étnicas, raciais e de mulheres, com carências tanto no mercado de trabalho como no sistema de ensino. No início da década de 80 a Comunidade Econômica Européia inseriu o tema da discriminação positiva no primeiro “Programa de Ação Positiva para

a Igualdade de Oportunidades”.

Experiências mais antigas, como a norte-americana, têm servido de objeto de estudo para muitos pesquisadores. Segundo alguns destes autores, a participação ativa do Estado na definição de políticas públicas e a combinação de políticas anti-pobreza e anti-discriminação são os principais fatores responsáveis pela melhora das condições de igualdade social e econômica da população negra dos Estados Unidos.

## Pergunte ao professor ?

**O plantio de florestas comerciais de eucalipto na metade sul do Rio Grande do Sul pode ser feito sem comprometer o ambiente e a biodiversidade dos campos?**

Sem dúvida alguma, desde que se tomem alguns cuidados. O plano de florestamento elaborado pelas empresas de celulose e o governo do RS contém regras claras. A cobertura florestal de eucaliptos não ultrapassará 5% da área da metade sul do estado. O plantio só poderá ser feito em áreas já usadas para eucaliptos ou em uso agro-pastoril, não havendo, portanto, derrubada de florestas nativas. Plantios em fronteiras e em um raio de 10 km de unidades de conservação estão vedados. Fepam, Sema e o Ministério Público fiscalizarão os projetos. O zoneamento ecológico coordenado pela Fepam identificará as áreas de plantio.

Afortunadamente, a maior parte dos solos da metade sul do estado possui texturas que tendem ao argiloso ou ao arenoso e nos plantios comerciais de eucalipto as árvores são abatidas entre 5 e 8 anos. A floresta agrega cerca de 7 toneladas de matéria orgânica por hectare a cada ano, não havendo perda expressiva de fertilidade, como atestam vários locais cultivados comercialmente com eucaliptos por décadas. A água subterrânea não é alcançada pelas raízes, as quais geralmente não ultrapassam 3m em árvores de 10 anos. O balanço hídrico de árvores é semelhante ao de plantas herbáceas, estando sujeito à regulação semelhante no ambiente. O crescimento cessa se não há água disponível, e a transpiração é contida pelo fechamento dos estômatos das folhas. A idéia de que árvores são como bombas contínuas de sucção de água do solo para a atmosfera é totalmente errônea. Além disso, a copa estreita do eucalipto comercial causa pouca interceptação pluvial.

O principal benefício ambiental do florestamento é a contribuição para redução do efeito estufa, preconizada pelo Protocolo de Kyoto. O excesso de carbono na atmosfera, oriundo principalmente da queima de combustíveis fósseis, impede a perda de calor pela Terra. Segundo projeções da Agência Atmosférica dos EUA, até 2100 a temperatura média da Terra poderá subir de 4° a 6° C, causando derretimento polar e aumento do nível dos mares entre 48 cm e 88 cm. Um hectare de floresta comercial fixa de 500 a 1.000 toneladas de carbono ao ano (principalmente em madeira), enquanto a mesma área de campo fixa entre 7 e 10 toneladas. Se substituirmos algumas áreas de pecuária por florestas, também haverá benefício ao planeta. Segundo dados do CSIRO-Austrália, um bovino produz 280 litros de metano por dia, cuja molécula é 21 vezes mais danosa do que a de CO<sub>2</sub> na geração de efeito estufa.

**Arthur Germano Fett-Neto**  
Ph.D., professor titular do Departamento de Botânica – UFRGS



# A Constituição em debate

Ânia Chala e Ademar Vargas de Freitas

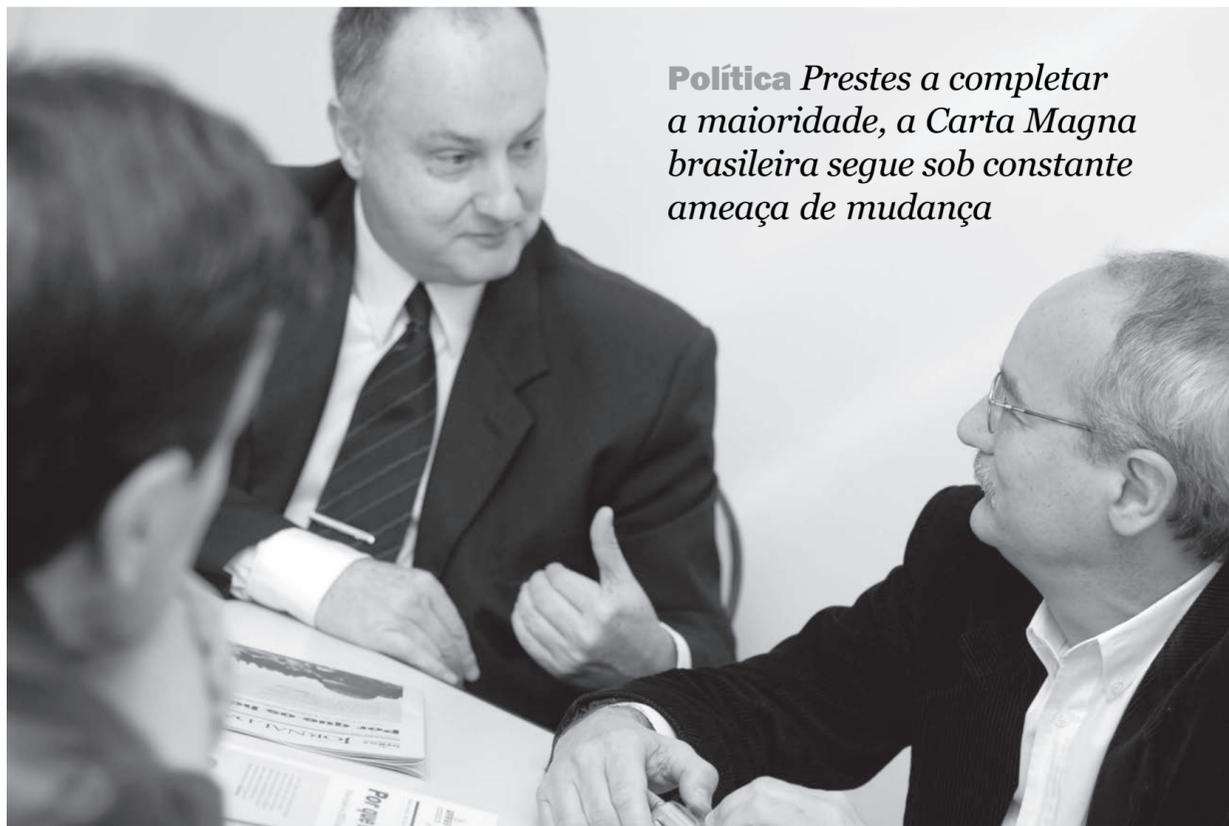
Neste mês, a Constituição Brasileira de 1988 completa 18 anos de vigência. Marcada por inúmeras emendas e propostas de reformulação, a Carta Magna do país reflete os anseios de democratização de uma época. Para analisar a trajetória de nossa Constituição, suas conseqüências e eventuais falhas ou excessos, o Jornal da Universidade promoveu uma mesa-redonda com a participação de André Marengo, professor de ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS; Cláudio Barros Silva, sub-procurador-geral de justiça para assuntos administrativos do Ministério Público Estadual; e Eduardo Carrion, professor de direito constitucional da Faculdade de Direito da UFRGS.

**JU** – O que representou, na época, a nova Constituição?

**Cláudio Barros Silva** – Somos de uma geração que vivenciou o fechamento do regime e passou pelo ambiente universitário sem ter tido a oportunidade de fazer qualquer manifestação política. Quando o povo brasileiro saiu às ruas, na década de 80, experimentamos a abertura democrática e a liberdade de expressão. Na época, queríamos que a realidade vivida pelos nossos filhos fosse diferente daquela que tivemos. A Constituição de 1988 reflete aquele momento histórico e, porque procurou garantir em seu texto tudo aquilo que não tínhamos antes, ficou extremamente detalhista. O que lamento é o que veio depois. Temos uma Constituição que avançou muito com relação a todas as normas constitucionais existentes até então, mas, hoje, ficamos devendo pelo ambiente político.

**Eduardo Carrion** – A Constituição de 1988 expressou o processo de democratização da sociedade brasileira. Ela também se transformou numa possibilidade de modernização da sociedade e de aprofundamento da experiência democrática, porque abriu uma perspectiva de futuro, alargando os horizontes do possível. Mas o processo constituinte não se limitou simplesmente à redação da Constituição. Há um segundo momento, que é o da sua efetivação, para o qual o Cláudio chamou a atenção. Existe a necessidade da regulamentação de inúmeros dispositivos constitucionais e sua implementação através de políticas públicas e de medidas legislativas. Apesar disso, é uma Constituição que ainda preserva muito do seu propósito originário, que é o referencial social-democrata, solidarista, de democracia social. Nesse sentido, ela deve ser preservada, antes de ser atacada.

**André Marengo** – Nossa Constituição é um grande marco da democracia no Brasil. Concordo com o professor Carrion quando diz que o nosso esforço deve ser o de preservá-la, até porque democracias se fazem com a manutenção das regras e acredito que as regras fixadas pela Constituição de 1988 são, no geral, muito positivas. Até a eleição do primeiro governo civil pós-ditadura vivemos um curto período democrático. Se considerarmos como divisor de águas uma combinação de pluralismo político com direitos civis e políticos, houve um pequeno experimento democrático de 1945 a 1964 e, depois, nos anos 80, no início de uma nova etapa de democracia. Constituições, sobretudo, estabelecem as regras do jogo pelas quais os atores, as forças políticas e sociais vão competir, estabelecendo formas para que seus interesses sejam ou não incorporados pelas instituições. O modelo institucional adotado pela Constituição de 1988 preservou aquilo que tem sido chamado de presidencialismo de coalizão. Esse formato, que regula a interação entre as for-



*Política Prestes a completar a maioria, a Carta Magna brasileira segue sob constante ameaça de mudança*

FOTOS: FLAVIO DURIA

ças políticas e que já estava presente na Constituição de 1946, foi mantido e me parece muito positivo. Não é à toa que muitos países da América Latina, após a sua redemocratização, tenham avançado nesta direção.

**JU** – Por que o interesse numa miniconstituinte ou numa constituinte exclusiva se existe previsão de emendas?

**Carrion** – Recordo que na época da promulgação, o então deputado federal Tarso Genro escreveu um artigo que expressava esse sentimento generalizado de que a Constituição era conservadora e de que aquela era uma assembléia constituinte fraudada. Escrevi então um artigo para o extinto jornal *Diário do Sul* em que afirmei que, embora a Constituição não significasse o rompimento da nossa tradição constitucional, ela era inovadora, avançava muito e tinha virtualidades modernizantes. O que permitiu a sua regulamentação e a sua implementação num segundo momento do processo constituinte. Passados 18 anos, tenta-se adaptá-la às políticas governamentais de marca predominantemente neoliberal. Começou com as reformas econômicas, prosseguiu com a reforma administrativa e a reforma previdenciária, com alguns sinais marcantes, como a tentativa de desmonte do serviço público e a perspectiva de um estado mínimo, com políticas governamentais neoliberais. A proposta de uma constituinte tem o objetivo de aprofundar esse processo.

**Barros Silva** – Temos uma norma constitucional que em 18 anos teve cerca de 50 emendas, algumas evidentemente necessárias, mas a maioria refletindo interesses de um grande ideário político econômico que foi rechaçado e, mais tarde, acolhido pela esquerda. O mesmo discurso da metade da década de 90, que levou a uma tentativa de uma reforma da Constituição através da base de apoio do governo de Fernando Henrique Cardoso, passou a ser, também, sustentado por Lula e seus aliados. Tivemos todo um processo político de tentativa de mitigação da norma constitucional. Precisamos compreender que a Constituição é a regra superior e que todos os governos têm que se adaptar a ela e não o inverso. Cinco anos após

a promulgação, tivemos a oportunidade de acertar os equívocos na revisão constitucional. Lamentavelmente, naquele processo, apenas sete emendas foram elaboradas com o quórum mínimo unicameral de 50% mais um dos votos. Depois, a cada governo, tivemos o que chamo de *kits* de reformas constitucionais. Assim, ao invés de se colocar em prática uma política de governo, quem ganhar a eleição trará uma série de propostas de reforma constitucional e vai passar quatro anos discutindo isso.

**JU** – Pelo que o senhor afirma, essa situação é uma bomba de efeito retardado, porque mais adiante as coisas começarão a se complicar, em especial, no caso da questão previdenciária.

**Barros Silva** – Isso é um problema real. Por isso, penso que precisamos aperfeiçoar o processo político. Por exemplo, um grande equívoco nesses 18 anos foi a possibilidade de reeleição. O processo de reeleição é extremamente equivocado, porque há todo um primeiro mandato preparando um segundo. As regras não são igualitárias. Quem é presidente será reeleito presidente. Quem é governador, será reeleito governador, em todos os estados, com raríssimas exceções. Isso não é um processo democrático. A regra é permitir que haja alternância, porque a mudança de administração significa a mudança de poder. Não teríamos todo esse processo de corrupção explícita se não tivéssemos a eternização dessas questões. Ao invés disso, pegamos uma Constituição que não permitia a reeleição e a modificação, num processo que todos denunciamos como fraudulento.

**Marengo** – O presidente Lula foi extremamente infeliz ao propor uma assembléia constituinte, porque elas são fenômenos excepcionais na história de um país, num momento de ruptura ou de reorganização democrática. Não é alguma coisa que se faça rotineiramente. Em segundo lugar, e os dois colegas já mencionaram, existe a discussão que está por trás de uma assembléia constituinte ou do congresso ordinário: o problema do quórum. Qual o quórum necessário para mudança do texto constitucional? Uma questão importante é que o quórum para a mudança constitucional precisa ser elevado, porque uma Constituição é a regra do jogo. E é crucial para a estabilidade democrática que como tal ela seja perene e tenha uma vida longa, servindo de parâmetro para todas as for-

ças. A regra do jogo constitucional não pode ser objeto de mudança para corresponder às preferências de maiorias ocasionais. Por isso, o quórum deve ser qualificado, de três quintos como no Brasil, ou de três quartos como em vários países. Que não seja a maioria que se forma a cada quatro anos, que resolva fazer a Constituição ao seu gosto. Isso seria muito arriscado, inclusive porque essa maioria pode eventualmente mudar as regras de forma a eternizar-se no poder. Para uma democracia é indispensável que a mudança das regras do jogo constitucional seja muito difícil ou que, pelo menos, exija tal grau de concordância que extrapole a dimensão de uma maioria de ocasião.

**JU** – Até agora foram feitas cerca de 50 emendas constitucionais. Qual o motivo de tantas emendas? Elas são realmente necessárias?



**ANDRÉ MARENGO**  
 “Quanto maior o tempo de vida média dos partidos, mais eles são fortes, mais o seu eleitorado é partidário, porque aí pesa o tempo”

”

**Barros Silva** – Nenhuma dessas reformas se concretiza se não houver o interesse do Executivo. Essas 50 emendas certamente foram de interesse do Executivo. Se formos olhá-las, veremos que algumas trouxeram avanços com relação à reforma do Estado. Com todas as críticas que se possa fazer, o controle é chave. Por exemplo, agora no episódio no estado de Rondônia. Um presidente do Tribunal preso, a primeira coisa que ele deveria fazer seria afastar-se do cargo, mas não. Já que isso não foi feito, teve que haver uma ordem de Brasília determinando o seu afastamento. Porém, a maioria das emendas veio, na verdade, para mitigar direitos da sociedade. Elas não são regras de aperfeiçoamento. Em nosso país, temos uma diversidade partidária que é chave, e o professor Marengo falou muito bem a respeito disso. No entanto, precisamos permitir que haja mudança democrática dentro das administrações públicas. Pela hipertrofia do Executivo, tivemos um Legislativo amorfo nesses anos, principalmente, nos últimos. Servil e adesista, ou seja, eu sou eleito e migro logo adiante para ter vantagens no meu mandato.

**Carrion** – Nenhuma constituição é uma obra definitiva ou imutável. Elas são suscetíveis de aperfeiçoamento e, por isso mesmo, prevêm o processo da sua própria reforma. Mas temos que fazer o equilíbrio entre continuidade e mudança. A exigência formal, que atualmente é de três quintos da maioria em cada uma das casas do Congresso Nacional, foi aviltada pelas práticas espúrias da política cotidiana. Mensaleiros, sanguessugas, gafanhotos e tantas outras práticas informais da política conspiram contra a formalidade constitucional e transformam em letra morta a exigência do quórum de três quintos da maioria. A reforma política depende, sobretudo, de práticas políticas e parlamentares. Por exemplo, para regenerar minimamente a vida política, já que sabemos que há sanguessugas em todos os partidos, basta simplesmente retirar da vida política os denunciados. Mas há uma grande convivência na classe política. Concordo plenamente com o Cláudio em que o instituto da reeleição foi um desastre para a nossa experiência política. É um atraso, levando em conta as circunstâncias do regime presidencial, já caracterizado pela hipertrofia do Executivo. Outro risco em se implementar uma reforma constitucional está na introdução do voto distrital, que, na minha opinião, seria calamitoso. Falta seriedade na classe política, que pouco se renova. Alguns cientistas políticos vêem periódicos de renovação na Câmara dos Deputados, mas isso é balela. O que tem que se ver é a circulação das elites políticas. Há uma renovação da Câmara dos Deputados entre 35% e 40% em cada legislatura. Mas acontece o seguinte: é o prefeito, é o secretário de estado, o deputado estadual. Não há oxigenação nos partidos políticos, com o surgimento de novas lideranças autênticas, representativas e isso alimenta a corrupção e o continuísmo. No Brasil, a política é, pelas suas condições, estruturalmente corrupta. A começar já pelo estilo de campanha eleitoral, a continuar pela tradição histórica, em que não há consciência nem cultura republicana capaz de distinguir o público do privado. Não há ética republicana – e não estou falando em ética no sentido do moralismo. Temos um Estado com marcas feudais, no sentido simbólico, que levam a essa mistura entre o privado e o público.

**JU** – Qual é a raiz destes problemas todos? Se temos um sistema político estruturalmente corrupto, a culpa é de quem?

**Carrion** – Há um problema de formação do sistema político e de falta de referenciais éticos num sentido amplo. Para começar a entender isso, teríamos que voltar à leitura de “Os donos do poder”, de Raimundo Faoro para compreender alguma coisa dessa realidade de hoje. O que ele escreveu nos anos 50, retomando a história brasileira a partir da história portuguesa do século XIV, explica muito da realidade atual.

**Marengo** – Eu diria que o culpado por isso é o relógio. Concordo com o que foi dito sobre todos os problemas de cultura política, de ética, da distância entre as leis e os costumes. O formato institucional é democrático e adequado, mas, nos interstícios da lei e das re-



gras, a coisa funciona de uma outra forma. O que se pode fazer para mudar? Não sei se o que vou dizer é alentador, e talvez possa parecer demasiado conformista, mas eu diria que é o relógio, é o tempo. Pensemos o seguinte: qual é a idade da democracia no Brasil? De forma generosa podemos dizer que estamos chegando a 20 anos de democracia. Quanto maior o tempo de vida média dos partidos, mais eles são fortes, mais o seu eleitorado é partidário, porque aí pesa o tempo. O eleitor vota, percebe o erro, muda o voto. Começa votando num candidato e vai associá-lo, com o tempo, às qualidades e defeitos do seu partido. Isso desde que o candidato não fique mudando de partido, porque aí não há eleitor que consiga fazer essa conexão. Acredito muito mais no processo de repetição eleitoral do que em mudanças de legislação.

**Carrion** – É verdade que a sedimentação de comportamentos e atitudes talvez contribua mais para a institucionalidade da democracia do que normas jurídicas. Agora, a lei pode ser um instrumento favorável também. O Marengo, quando faz com muita pertinência essa observação, não está excluindo a eventualidade de alterações legislativas. Mas podemos fazer pequenas coisas que dependem de medidas pontuais regimentais. Por exemplo: a proibição de emendas parlamentares individuais ao orçamento. E mesmo com relação às emendas coletivas, que muitas vezes são um guarda-chuva para emendas individuais. Além disso, há o problema dos cargos em comissão. Embora tenham sido reduzidos drasticamente, sobretudo no Executivo, em que o excesso é maior, há mais de 100 mil cargos em comissão no país. O que é um absurdo, pois não estimula a função pública, nem a carreira do funcionalismo.

**Barros Silva** – Por isso concordo que o tempo é um fator decisivo para a experiência democrática. Não tenho dúvida que daqui a 15 anos estaremos melhor do que hoje, democraticamente. Daqui a 30 ou 40 anos, melhor ainda, desde que consigamos preservar as regras da Constituição. A Constituição de 1988 trouxe uma série de normas determinando, por exemplo, a regulamentação. Acho que não foi feita nem a metade das disposições constitucionais que carecem de regulamentação. Por vezes, estamos trabalhando na modificação de regras que não regulamentamos, trocando as regras sem sequer experimentá-las.

**Carrion** – Uma coisa é absolutamente certa em termos de institucionalidade democrática: podemos reforçar e até inovar legislativamente. Os instrumentos de fiscalização, o Ministério Público, a Polícia Federal, a Controladoria-geral da União, os Tribunais de Contas, são o caminho para a reiteração de práticas republicanas. Nós temos instrumentos efetivos de fiscalização.

**Barros Silva** – Nesses 18 anos essas instituições tiveram um enorme aumento de demanda, embora muitas vezes o Estado procure restringir seu crescimento e fortalecimento, que são fundamentais para a democracia. O Ministério Público incomodou muito as elites políticas e é alvo permanente destas possíveis reformas. Nosso grande avanço foi na efetivação de direitos de cidadania como saúde, meio ambiente, educação pública... E em todas estas questões o Ministério Público tem tido emba-



**CLÁUDIO BARROS DA SILVA**  
**“A Constituição é a regra superior e todos os governos têm que se adaptar a ela e não o inverso”**



tes diretos com o poder Executivo, que não cumpre as regras constitucionais. O ideal seria que ele se ocupasse apenas das questões criminais e que os cidadãos soubessem buscar seus direitos. Um dado curioso: 98% das ações envolvendo questões de meio ambiente são movidas pelo Ministério Público embora tenhamos tantos outros órgãos nesta área.

**JU** – E a que o senhor credita essa falta de iniciativa?

**Barros Silva** – Isso acontece por conta daquilo que o professor disse de forma muito coerente: o amadurecimento da consciência democrática. Espero que, daqui a alguns anos, tenhamos a figura do *ombudsman*, que possa defender o povo, de maneira que o Ministério Público não precise assumir esse papel. Talvez daqui a 50 anos entidades como a Agapan e o Greenpeace entrem com ações para defender os interesses da coletividade e não transfiram isso ao Ministério Público.

**Marengo** – De qualquer forma, fica evidente a importância dos mecanismos de controle. Para mim, o problema reside no Legislativo, um órgão voltado ao controle, que tem tido uma atuação espasmódica, ou seja, quando a coisa explode, ele vai lá e apaga o incêndio. Um dos problemas do Legislativo é que ele tem um funcionamento centralizado, baseado no plenário, e as comissões permanentes são muito pouco efetivas porque o regimento lhes dá pouco poder e poucas atribuições. Isso ocorre porque há uma enorme rotação que vem dos governos militares, que incentivavam a rotatividade dentro das comissões para torná-las menos especializadas.

**Carrion** – Os episódios recentes de corrupção, em grande parte vieram à tona por circunstâncias aleatórias, por conflitos políticos internos na maioria governista, o que revela uma certa insuficiência das instituições de fiscalização. Acho que precisamos aprofundar a institucionalidade dos mecanismos de fiscalização. Por outro lado, não podemos nos sentir acomodados, simplesmente esperando que as boas práticas se sedimentem. Não há como tolerar mais 50 anos de sanguessugas e mensaleiros. Algumas medidas pontuais são necessárias e aí certas iniciativas políticas se justificam. Mas é preciso muita prudência e sensatez, porque há riscos de retrocedermos.



**EDUARDO CARRION**  
**“Para regenerar a vida política, já que há sanguessugas em todos os partidos, basta retirar da vida política os denunciados”**



## Cronologia das constituições brasileiras

**1824** – Dom Pedro I dissolve a Assembléia Constituinte e outorga a primeira constituição brasileira, cuja marca principal foi a existência de quatro poderes – legislativo, judiciário, executivo e moderador – os dois últimos exercidos pelo imperador. As províncias não tinham autonomia, os governadores eram nomeados pelo imperador e era necessário comprovar renda para ter direito a voto.

**1891** – Primeira constituição republicana, com clara inspiração no modelo norte-americano. As instituições do período monárquico são abolidas. O Congresso Nacional (formado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados) exerce o Poder Legislativo. O sistema de governo torna-se presidencialista. O texto previu autonomia para os estados, que passaram a formar uma federação, e a Igreja Católica deixa de ser a religião oficial do país, sendo separada do Estado.

**1934** – Pressionado pela revolução constitucionalista de São Paulo, Getúlio Vargas convoca uma Assembléia Constituinte. A nova carta constitucional cria o voto feminino e prevê dois tipos de deputados: os eleitos pelo povo e os classistas, eleitos por suas categorias. O poder permanece com o presidente da República, mas acentua-se a influência militar. Esta constituição não conseguiu resolver a crise econômica provocada por fatores externos (o crack da bolsa de Nova York), e, por isso o país acaba enfrentando uma crise política.

**1937** – Quarta constituição da história brasileira, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, no mesmo dia em que era implantada no país a ditadura do Estado Novo. Foi também denominada de “Constituição Polaca”, pela inspiração na carta constitucional da Polônia. Com esta nova constituição, há substancial supressão das liberdades públicas, o princípio federativo sofre uma quebra e o poder fica centralizado na figura do presidente da República.

**1946** – Constituição redemocratizadora. É a retomada das idéias de 1934, dos direitos sociais e liberdades públicas. A partir do golpe de 31 de março de 1964, a constituição sofreu a suspensão de muitos artigos através de atos institucionais. O primeiro ocorreu em 9 de abril de 1964, atribuindo ao Executivo a prerrogativa da cassação de mandatos e direitos políticos. O ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República.

**1967** – Constituição do regime militar. Segundo historiadores, esta constituição vem normalizar a vida política e concentrar o poder no Executivo nacional. Foram tantos os atos institucionais e complementares que alteraram dispositivos constitucionais, que o governo promove a emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, elaborando uma reforma substancial da Constituição. Essa emenda, também conhecida como a super-emenda, aprofunda o perfil autoritário do regime e altera mais de 100 artigos.

**1985** – Queda do regime militar. O Congresso aprova o “Emendão” – emenda constitucional que estende o voto aos analfabetos, legaliza os partidos comunistas e promove eleições diretas para prefeitos das capitais e para o presidente da República.

**1988** – Ulysses Guimarães convoca a Assembléia Constituinte que promulga a chamada Constituição Cidadã, em 1988. A nova carta surge como reação ao período do regime militar e se preocupa com a garantia dos direitos humanos e sociais. (Jacira Cabral da Silveira)



# Entendendo o terrorismo nosso de cada dia

**Violência** Para especialista, a característica do terror é a maximização do efeito psicológico coletivo

Ânia Chala

No mês em que se completam cinco anos do atentado que destruiu as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York, o Jornal da Universidade conversou com um professor especializado na área de segurança internacional para analisar os riscos de uma ação terrorista no Brasil e traçar um paralelo entre as estratégias do terror e as táticas utilizadas por facções criminosas brasileiras. Marco Aurélio Cepik, do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS desenvolve pesquisas na área de segurança internacional desde 2001.

Para o professor, o risco de ocorrer em nosso país um atentado do tipo sofrido pela Espanha, Inglaterra, Índia ou Estados Unidos é reduzido pela não-participação direta do Brasil em áreas de conflito. Por outro lado, os alvos brasileiros são considerados “moles”, no sentido de que não há um alto grau de proteção. “Isso eleva o risco, porque caracteriza o que chamamos de alvo de oportunidade. Até a crise de São Paulo, havia uma percepção por parte do Estado e da própria sociedade de que essas coisas eram muito remotas e que, portanto, não corríamos riscos.”

Contudo, Cepik diz que uma das características do terrorismo internacional na atualidade é justamente a desconexão entre o público que se está querendo atingir e o alvo de ocasião. “O terrorismo procura um alvo de oportunidade justamente porque não pode alterar uma correlação de forças e precisa usar a força para induzir uma alteração de comportamento. Por que se explodiu o escritório da ONU no Iraque? Porque não havia como atacar o comando das forças americanas, que era muito protegido”, lembra o professor. Nesse sentido, pode-se dizer que há um risco médio de acontecer um atentado terrorista no Brasil.

Um ponto muito destacado pela mídia e pelos Estados Unidos como crítico para a questão da segurança é a tríplice fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina. “O que acontece na região é uma ausência de capacidade regulatória e de presença do Estado na proteção de fronteira. Mas os grandes problemas são o contrabando e a criminalidade organizada nesse sentido e não o terrorismo. Há muito mais risco nas redes de contrabando, a partir do Paraguai do que propriamente com uma possível ameaça terrorista.”



Ações terroristas vitimam inocentes, como a tragédia ocorrida em setembro de 2004, numa escola em Beslan, na Rússia

**Táticas se disseminaram** – O especialista em segurança internacional esclarece que, segundo a definição do professor Eugenio Diniz, da PUC de Minas Gerais, operacionalmente o terrorismo consiste num certo tipo de uso da força, caracterizado pela desproporção entre o efeito psicológico produzido (terror) e a destruição material, isto é, o efeito psicológico é muito maior do que a destruição material real. “O terrorismo quer muito mais induzir um comportamento do que mudar a correlação de forças imediatamente. Por isso se diz que ele é a arma do fraco, porque precisa da maximização do efeito psicológico.”

Entre as décadas de 1960 e 1990, houve uma redução do número de incidentes com a ampliação da sua espetacularidade. Os ataques ficaram cada vez mais espetaculares, e nisso a mídia desempenha um papel fundamental, porque amplifica e, num certo sentido, contribui para o alcance dos objetivos dos terroristas. Conforme Cepik, não se trata de um fenômeno que possa ser atribuído, mesmo no caso dos ataques suicidas, a uma ideologia específica. “O terrorismo internacional não é uma coisa monolítica e exclusiva de certo tipo de fundamentalismo islâmico. A guerra de

informação do governo americano tenta estabelecer um vínculo com o islamismo, generalizando a ideia de um conflito de civilizações.”

De acordo com o professor, o terrorismo é uma técnica utilizada por qualquer tipo de organização com objetivo político e sem condições de travar um enfrentamento direto. “Nos Estados Unidos houve organizações contra o aborto, que exploraram clínicas.” Para Cepik, pode-se associar o uso de táticas terroristas tanto às ideologias de esquerda quanto às de direita. Dois exemplos: na guerra do Vietnã e em outros conflitos de libertação nacional, utilizaram-se ocasionalmente bombas contra alvos civis indiscriminados e, no processo de construção do estado de Israel, organizações judaicas que lutavam contra a dominação inglesa também lançaram mão de táticas terroristas.

As organizações terroristas podem ser classificadas pelo seu alcance: existem as que atuam desde o nível local, com objetivos muito específicos, até organizações que podem ter objetivos amplos, mas que só têm capacidade de atuar localmente. A seita japonesa que usou o gás sarin no metrô de Tóquio, em 1995, pretendia regenerar o mundo a partir do aniquilamento da humanidade, mas só ti-

nha capacidade de atuar no Japão. Já a Al-Qaeda é uma organização terrorista com alcance global, mas não tem um objetivo de dominação universal. Ela quer a unificação de toda a comunidade islâmica sob o domínio de um califado, e seus objetivos limitados incluem a expulsão dos infiéis dos lugares santos. Seus membros fazem uma utilização e interpretação muito específica do repertório cultural islâmico, que é dado pela religião e pela língua, a partir do qual constroem uma ideologia.

As organizações que se utilizam do terrorismo precisam de algum tipo de justificativa e têm motivação política. “O terrorismo é um fenômeno político e não algo irracional. Há uma finalidade política, com a qual podemos concordar ou não, mas não se trata de atos irracionais, mesmo no caso dos ataques suicidas”, diz o professor. Ele acredita que, num certo sentido, o crescimento do fenômeno tem a ver com a percepção de que é difícil modificar a correlação de forças, porque os Estados se tornaram mais poderosos. “Não estou dizendo que o mais fraco nesse caso tem razão, mas, simplesmente, do ponto de vista operacional da capacidade de ação, ele tende a utilizar o terrorismo, porque precisa agir naquela

janela de oportunidade, procurando um resultado mais imediato. A alternativa às técnicas terroristas seria convencer as pessoas, compor, acumular forças, recrutar membros para o seu partido, e isso tudo é um processo muito demorado. O recurso ao terrorismo tem a ver com a sensação de que ou não vale a pena, ou é muito difícil ou há um outro método que é muito mais eficaz.”

O professor de ciência política entende que esse é sem dúvida um fenômeno do nosso tempo, relacionado à organização em rede que a sociedade vivencia, e que não é possível imaginar que as modificações na estrutura organizacional das empresas ou mesmo o crescimento da Internet não vá ser copiado e incorporado ao comportamento de qualquer grupo social. “A maneira como os grupos terroristas se organizam não corresponde ao modo de organização dos partidos de esquerda da tradição leninista, por exemplo. Hoje em dia, o terrorismo internacional não é uma coisa que permaneça como um resquício irracional de um mundo pré-moderno, como se tenta caracterizá-lo. É um fenômeno absolutamente contemporâneo, fruto de uma época em que o Estado se fortaleceu e o mundo tornou-se bem mais complexo”, conclui o especialista.

## No Brasil, crime organizado pode vir a utilizar novamente técnicas terroristas

Marco Aurélio Cepik acredita que a ação do PCC em São Paulo tem a ver com a tentativa de atingir certos objetivos. “O PCC é uma organização armada cuja finalidade política é induzir uma mudança de comportamento por parte do Estado e melhorar as condições de sobrevivência da organização dentro e fora dos presídios. O negócio do PCC é a proteção aos seus associados.” Ele lembra que a política de segurança do governo paulista inchou a massa carcerária naquele estado e levou a uma situação explosiva dentro dos presídios, porque faltaram políticas públicas

e capacidade de cumprir adequadamente a Lei de Execuções Penais. “Não estou dizendo que o governo de São Paulo é o culpado exclusivo, mas há uma série de inépcias e de ausências na política de segurança paulista que ajudam a explicar por que isso acontece agora”, argumenta o professor. Os órgãos de inteligência de segurança pública, por exemplo, sabem há bastante tempo que a conexão entre os paramilitares colombianos e as redes de narcotraficantes e mesmo as guerrilhas que operam naquele país estão em interação com o crime organizado do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essa interação envolve o

tráfico de armas, drogas e a venda de proteção para o crime comum. Isso coloca o Brasil diante de um problema de segurança institucional muito sério.

Para o especialista, não adianta aumentar a truculência da repressão. “Temos um problema legal no País: o crime de terrorismo, embora tipificado em vários decretos e leis que foram sendo atualizados a partir do Código Penal de 1940, tem uma expressão ainda pouco acabada na própria Lei de Segurança Nacional, de 1983, que está em vigor até hoje”, lembra Cepik. Mesmo o projeto de lei que está no Congresso é muito mais voltado para o proble-

ma da ocupação de prédios públicos ou para as invasões do MST e procura lidar mais com a ameaça da subversão do que propriamente com esse fenômeno novo do crime organizado e do terrorismo internacional. “Pela legislação atual, se o Bin Laden tivesse derrubado dois prédios no Rio de Janeiro é possível que pegasse, no máximo, 14 anos de prisão.” O professor acha que o problema não é de legislação e sim de capacidade estatal, pois o arranjo federativo em torno da questão de segurança pública no Brasil favorece uma resposta precária do Estado. “A criação de um sistema único de segurança pública

no Brasil não sai do papel. Por isso, uma das coisas que teremos de pensar a sério no próximo governo é a criação de um ministério da segurança pública ou da segurança institucional.” Ele finaliza observando que é preciso melhorar a integração e a divisão de trabalho entre os níveis federal, estadual e municipal, recentralizando recursos e criando um instrumento forte, para que o governo federal possa desenvolver uma política de segurança pública, e que essa foi uma decisão que tanto o governo de Fernando Henrique Cardoso quanto o de Lula, até agora, não quiseram tomar.



# Brasil ganha política de plantas medicinais e fitoterápicos

**Saúde** Um dos objetivos da nova lei é garantir o uso e apoiar a pesquisa de plantas medicinais e fitoterápicos

**Jacira Cabral da Silveira**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou no dia 22 de junho o decreto 5.813 que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Pnmpf). São medidas voltadas a dar garantia ao acesso seguro e ao uso correto de plantas medicinais e fitoterápicos pela população, e também à utilização sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento da indústria nacional.

Num prazo de 120 dias, o grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Saúde deverá apresentar o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Segundo publicação oficial, “a expectativa é de que a política minimize a dependência tecnológica do Brasil no setor e estabeleça posição de destaque do país no cenário internacional”.



Folha da Fortuna, *Bryophyllum calycinum*

Entre as diretrizes previstas na Pnmpf, existem aquelas que buscam incentivar a formação e a capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e inovação. Neste sentido, pesquisadores de diferentes instituições poderão buscar apoio para a criação de centros de pesquisa especializados em plantas medicinais e fitoterápicos, conforme específica o item terceiro do desenvolvimento de diretrizes expresso no decreto.

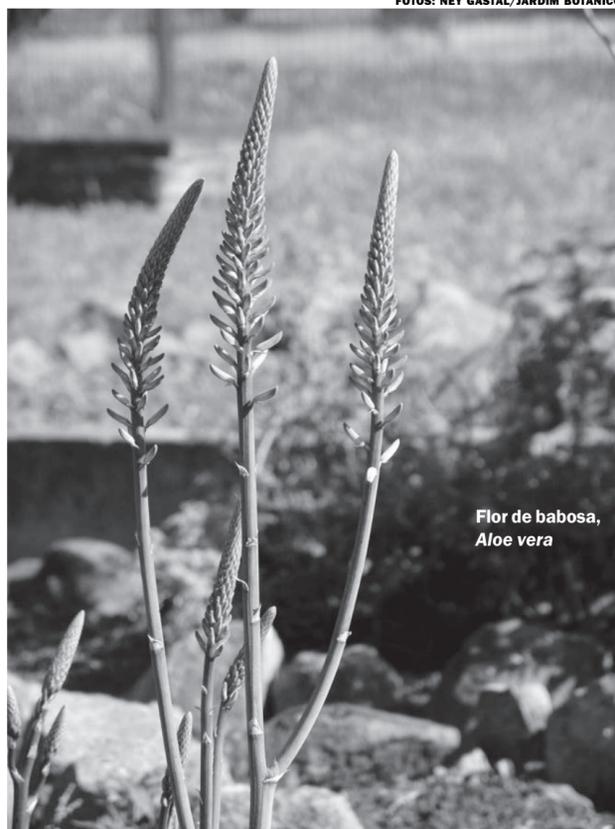
Entretanto, mesmo não sendo nova a discussão das plantas medicinais e dos fitoterápicos entre áreas do governo, comunidade científica e sociedade civil, o tema está longe de ser consensual. Um dos aspectos polêmicos é a inserção do uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com as

políticas públicas já desenvolvidas pelo Ministério.

Professores da UFRGS discutem o tema dentro de sua linha de atuação, esclarecendo conceitos, contextualizando as práticas populares e citando a inoperância do Estado frente a questões como a saúde e o desenvolvimento de uma farmacologia nacional a partir da biodiversidade brasileira, reconhecendo uma das maiores do mundo.

**Atendimento no SUS** – A professora do departamento de Produção de Matéria Prima da Faculdade de Farmácia, Stela Maris Kuze Rates, defende a implantação de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS), mas adverte sobre a qualidade dos produtos a serem oferecidos. Para a especialista, que ministra a disciplina de Farmacognosia – ciência que estuda as plantas do ponto de vista botânico/químico/farmacológico – é preciso preservar o rigor científico dos medicamentos fitoterápicos, elaborados a partir de normas legais sob a responsabilidade de farmacêuticos e laboratórios. “Isto envolve pesquisa em animais e humanos e desenvolvimento tecnológico com parâmetros definidos de eficácia, de segurança e de qualidade,” detalha a professora-pesquisadora.

Outra ressalva da farmacêutica quanto à nova política, refere-se à “mistura” que faz ao juntar alternativas diferentes no tratamento de doenças. Mesmo que as plantas medicinais possam dar origem a fitoterápicos conforme sua função farmacológica, seu efeito curativo, na opinião da pesquisadora, deve-se muito à crença popular. Por isso Stela Maris não concorda com a lei quando se refere à promoção e normatização do uso do remédio caseiro: “Não é papel do Estado, e não pode ser feita de maneira simples”. Afinal de contas, segundo a pesquisadora, nem sempre o que utilizado pela população numa certa região – uma tribo da



Flor de babosa, *Aloe vera*

Amazônia ou um povoado do Rio Grande Sul – pode ser transportado para uma escala industrial e oferecido a uma grande população. “É necessário ater-se aos riscos epidemiológicos e de saúde coletiva que podem decorrer de tais práticas,” adverte.

Stela Maris diz ainda que o uso das plantas medicinais deve ser uma opção a mais e não uma solução para a falta de alternativa. Em sua experiência com diferentes comunidades, percebe não só o motivo cultural por trás do uso

**Biodiversidade** – “Desde que o homem é homem, ele tem um elenco de recursos terapêuticos que usa dentro de seu processo cultural e ele não vai abandonar estas práticas. A hora em que isto ocorrer, acabou a cultura humana.” Do ponto de vista da professora do curso de Agronomia da UFRGS, Ingrid Bergman Inchaust de Barros, as plantas medicinais assumem papel fundamental e estratégico em países com o contexto social do Brasil e de outros da América Latina, onde a saúde pública é ineficiente. Entretanto, a agrônoma se opõe a uma política relapsa na qual tudo é permitido: “Estamos trabalhando com a vida do planeta e dos seres humanos, e não se pode brincar com isto”. Para a pesquisadora, o Brasil ainda não expandiu neste setor porque seus dirigentes ignoram seu potencial.

Graças a Ingrid, a Faculdade de Agronomia da UFRGS foi a segunda escola do Brasil a oferecer curso de plantas medicinais. Acostumada a dar aula sobre o tema também fora da universidade para diferentes públicos, a agrônoma reconhece que hoje em dia este conhecimento popular tem sofrido mudanças. Isto porque as pessoas que migram para o mundo urbano desvinculam-se de sua tradição e, como perdem o contato com as plantas, acabam por não identificá-las mais. “Estão viciadas na farmácia,” explica a professora.

## Agronomia foi a segunda no país a oferecer cursos de plantas medicinais

de plantas como remédios, mas também a questão financeira como sendo outro fator que condiciona a população a recorrer aos meios naturais. “É a dificuldade de acesso a medicamentos e de assistência pelo sistema público de saúde.” Para a especialista, a proliferação do auto-cuidado é perigosa, porque expõe as pessoas a produtos tóxicos e menos eficazes. Sem contar que podem também representar o adiamento de um tratamento médico nos casos de doenças mais graves e que não foram diagnosticadas por médicos.

## Falta incentivo à indústria farmacêutica brasileira

No que se refere ao incentivo à pesquisa previsto no decreto, a professora da Faculdade de Agronomia, Ingrid de Barros, tem grande expectativa, pois para realizar suas investigações jamais recebeu apoio significativo de organismos nacionais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Há anos, encaminhou a uma destas instituições um projeto de produção de plantas medicinais do Rio Grande do Sul, mas a resposta foi negativa. “No mesmo período, o Uruguai fez um projeto para a União Européia e,

até hoje, vende marcela para o exterior”, ironiza. O único recurso que a pesquisadora diz ter recebido foi do Jardim Botânico de Nova York.

Esta falta de investimento fica ainda mais inexplicável, na avaliação da especialista, se considerarmos que o Brasil possui uma das maiores biodiversidades do mundo. “E quanto mais se investiga a flora brasileira, mais se fica surpreso com a descoberta de espécies que nunca foram estudadas.” Stela Maris Rates, professora da Faculdade de Farmácia, também considera que a investigação científica brasileira está aquém das necessidades nacionais. “Temos uma excelente massa crítica e algumas poucas indústrias interessa-

das na parceria com os institutos de pesquisa e universidades.”

Por outro lado, a farmacêutica comenta o alto custo que representam tanto a pesquisa quanto a produção de medicamentos. Isto se agrava porque no Brasil as empresas farmacêuticas são de pequeno porte e de cunho familiar: “Elas não têm em sua história o envolvimento com pesquisa”. Na tentativa de não fechar as portas, por falta de capital para desenvolver pesquisa e atender a todos os quesitos solicitados pela legislação, a indústria brasileira deixa de crescer e “permanece uma embaladora de produtos desenvolvidos lá fora”. Este é um dos motivos que justificam o incenti-

vo em pesquisa e o efetivo apoio do Estado às parcerias entre indústrias e universidades: “Isto seria realmente uma política de proteção de nosso patrimônio genético e de fortalecimento da indústria farmacêutica genuinamente nacional,” comenta a farmacêutica.

As professoras concordam que o ensino superior deve assumir seu importante papel na formação de recursos humanos com conhecimento mais abrangente quanto às plantas medicinais e fitoterápicos. Stela Maris destaca as áreas de botânica, farmacologia, química e de tecnologias como essenciais no preparo profissional: “Tudo para qualificar o trabalho com saúde,”

argumenta.

Ingrid, ressalta a importância da inclusão do tema nos currículos da Medicina. Segundo ela, há uma grande ignorância a respeito das plantas medicinais entre a classe médica. Diferente do que ocorria no passado, atualmente os médicos desconhecem que o princípio ativo dos medicamentos por eles prescritos têm origem em algumas plantas. “Hoje o profissional de medicina não tem mais esta capacitação,” afirma. Ele ignora, por exemplo, que certos princípios ativos alardeados em *papers* em revistas como a *Nature*, são encontrados na flora brasileira. “São os nossos matinhos.”



# A Banda X Disparada

## Festivais

*A peleja musical que sacudiu o Brasil completa 40 anos*

José Carlos de Azevedo\*

Está lá, na contracapa do livro “A era dos festivais: uma parábola”, de Zuza Homem de Mello: “Era como uma disputa de campeonato”. Em campo, craques da música popular defendendo canções. Na torcida, a platéia ruidosa do Teatro Record e os espectadores de TV de todo o país. A disputa entre *A banda* (canção escrita por Chico Buarque e interpretada por Nara Leão) e *Disparada* (escrita por Geraldo Vandré e Theo de Barros, defendida por Jair Rodrigues), canções que venceram, empatadas, o II Festival da Música Popular Brasileira da TV Record de São Paulo, completará 40 anos em outubro, mas ainda ocupa um espaço privilegiado na imaginação de quem viveu aquele período conturbado ou de quem se interessa pela história da MPB.

Duas canções, duas propostas, um empate. O resultado do Festival, realizado entre setembro e outubro de 1966 pela então poderosa TV Record, teria sido, na verdade, uma solução engendrada por Paulinho Machado de Carvalho, chefe da Record, para evitar uma decisão que agradaria metade do público, mas certamente deixaria a outra metade frustrada e furiosa. Testemunhos dão conta de que os 12 jurados teriam escolhido *A banda* como vencedora, por sete votos; enquanto *Disparada* teria recebido os cinco votos restantes. A palavra furiosa parece caber perfeitamente na descrição do estado de espírito das torcidas dos festivais da canção dos anos 60. O período histórico, do início da ditadura militar e pré-AI 5, se prestava a radicalizações. Em seu livro de memórias, “Noites tropicais”, o compositor e jornalista Nelson Motta escreveu: “Dois anos de repressão política [...] levavam para os auditórios de televisão uma ansia de participar, de criticar e de escolher”.

“Prepare o seu coração” – A mordada imposta pelo regime militar desferiu um golpe certo, mas não fatal, no processo de politização da música popular e de outras artes brasileiras. Caetano Veloso, um dos protagonistas desta história, escreveu em “Verdade tropical” que a música popular funcionava como uma arena de decisões importantes para a cultura brasileira. Na era da cultura industrial, garantir espaços para a cultura brasileira e combater a crescente presença de produtos culturais importados nos veículos de comunicação de massa eram questões políticas da mais alta relevância. A própria identidade cultural do país estava em jogo.

A combinação de forças entre a música popular feita no Brasil com a TV, um veículo de comunicação em franca expansão no país, popularizou não só a produção musical de uma época, mas também as pessoas que produziam a música. Ao vencer o primeiro festival da TV Excelsior em 1965, com *Arrastão*, Elis Regina saltou do quase anonimato para o estrelato em um instante. O elemento visual tornou-se tão importante para os artistas quanto o sonoro.



REPRODUÇÃO/A ERA DOS FESTIVALS/EDITORAS4

Muitos outros expoentes daquela geração devem suas carreiras à TV por conta de dois fatores: ela estava se tornando o mais influente veículo de comunicação de sua época, e os *baby boomers* (nascidos nos anos 40, após o final da Segunda Guerra), que cresceram sob a influência do rádio, tinham seu projeto existencial e cultural intimamente ligado aos meios de comunicação de massa. Esta foi, no Brasil e fora dele, a geração que escolheu a música popular como veículo privilegiado para a expressão de suas inquietações e perplexidades.

A mobilização em torno dos festivais nos anos 60 tem várias cau-

*As canções ofereciam ao Brasil urbano uma volta ao interior*

sas, mas uma delas se destaca: a música. O alto grau de inovação do período, que unia a herança rítmica e melódica da música brasileira às conquistas harmônicas da bossa nova e à linguagem elétrica/eletro-nica do *pop*, deu origem a essa síntese sonora que hoje chamamos de MPB. A qualidade dos textos das canções seja do ponto de vista formal ou de conteúdo, também foi uma das características marcantes.

“Não canto pra enganar” – As vencedoras do II Festival da Música Popular Brasileira da TV Record não são apenas clássicos do cancionário nacional, são canções-símbolo da MPB. *A banda* e *Disparada* utilizam o poder mobilizador da música, ainda que este poder se manifeste de forma diferente em cada uma delas. *A banda* fala do encantamento da música, da capacidade de unir um

grupo de pessoas muito diferentes; *Disparada* é uma canção do homem que decide tomar o controle da própria vida e não canta para enganar.

Do ponto de vista musical, as duas ofereciam ao Brasil urbano uma volta ao passado, ao interior do país. *A banda* era, nas palavras de Caetano, “uma marchinha singela e antiquada”, que utilizava uma banda de co-reto como acompanhamento musical, enquanto *Disparada* era uma canção sertaneja marcada pelo uso de viola caipira (considerada antiquada à época) e de um instrumento de percussão pouco comum, uma queixada de burro. De acordo com o crítico e historiador Zuza Homem de Mello, a queixada de burro era o “mais estrambótico e vigoroso instrumento que jamais repercutiu no Teatro Record... (o instrumento tinha) um resultado poderoso, como se nele estivessem embutidos um amplificador e uma câmara de eco”.

Mas o empate entre *A banda* e *Disparada* foi justo se compararmos qualitativamente as canções? Zuza Homem de Mello promove o desempate em favor de *Disparada* “... *A banda* não era uma obra-prima. *Disparada* é uma obra-prima no trabalho de Vandré, de Théó (de Barros), da música sertaneja”. O próprio Chico Buarque teria reconhecido a superioridade de *Disparada*, quando avisou aos organizadores do festival da TV Record que não aceitaria o prêmio, se *A banda* vencesse. Empatadas ou não, as duas canções seguem emocionando ouvintes, 40 anos depois da peleja musical que sacudiu o Brasil.

\* Jornalista, programador cultural do Instituto de Artes da UFRGS

## Semelhanças e diferenças

*A banda* e *Disparada* seguem a orientação musical interiorana e oferecem dois retratos da vida no coração do Brasil, em uma época de crescimento frenético das grandes cidades brasileiras. Os versos de abertura de cada uma destacam as diferenças entre ambas. *A banda* abre com os versos “Estava à toa na vida/O meu amor me chamou/Pra ver a banda passar/cantando coisas de amor”. Por trás da aparente inocência da letra de *A banda* há a melancolia própria da saudade de um tempo bom que se foi, mas que ainda pode ser evocado de forma passageira pela música. Em contraste com esse lirismo, a letra de *Disparada*, escrita por Vandré, registra a dura vida do sertanejo. O propósito não é entreter, mas contar a história verdadeira de um homem que percebe seu papel na manutenção da desigualdade social da vida no sertão (“Então não pude seguir/Valente, lugar tenente/De dono de gado e gente/Porque gado a gente marca/Tange, ferra, engorda e mata/Mas com gente é diferente”) e decide deixar a condição sub-humana em que vive para voltar a ser gente (“Na boiada já fui boi/Mas um dia me montei”). O embate entre o lírico e o épico na MPB, representado pela competição de *A banda* com *Disparada*, reproduziu-se dois anos depois, em 1968, quando a canção *Sabiá*, de Tom Jobim e Chico Buarque, venceu *Pra não dizer que não falei das flores*, de Vandré, em um dos mais polêmicos resultados de festivais de música brasileira.

## Resenhas

Por Ânia Chala

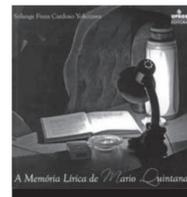
### A arquitetura que revela a história



**REINVENTAR O BRASIL - GILBERTO FREYRE ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO**  
Ed. UFRGS/Ed. USP, 2006, 322 p., R\$ 38,40\*, organizado por Antonio Dimas, Jacques Leenhardt e Sandra Jatáhy Pesavento

O livro apresenta os ensaios resultantes de uma cooperação acadêmica internacional entre pesquisadores do Brasil e da França, que analisaram os clássicos do sociólogo pernambucano Casa Grande & Senzala (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936). Os textos enfocam a casa como elemento arquitetônico capaz de funcionar como microcosmo de uma região, mas ultrapassam a simples dimensão arquitetônica da moradia, limitada à construção, função e estética, para investigar a dimensão antropológica. Para tanto, consideram a arquitetura como uma porta de entrada no mundo do sensível, da sociabilidade e do simbólico. A obra está dividida em dois blocos: o primeiro analisa a recepção de Gilberto Freyre na França; o segundo enfoca o sobrado como espaço simbólico, representado tanto em *Sobrados e Mucambos* (1936), quanto em *O Tempo e o Vento*, trilogia inaugurada por Erico Veríssimo em 1949. Destacamos o ensaio intitulado “A segunda morte dos sobrados do Recife”, de Jacques Leenhardt. No texto, o autor sustenta que a cultura da antiga Recife ainda permanece viva entre os habitantes dos mucambos (habitações dos escravos potencialmente quilombolas, fugitivos). A cidade dos sobrados nobres, já abandonados pela aristocracia que desapareceu ou mudou-se para outras terras, vive ainda entre aqueles que nunca puderam projetar-se no futuro: o morador dos mucambos, o negro ainda apegado às tradições religiosas, que para ele são muito mais do que paredes de palha e terra.

### Lembrando o poeta



**A MEMÓRIA LÍRICA DE MARIO QUINTANA**  
Ed. UFRGS, 2006, 300 p., R\$ 32\*, de Solange Fluzza Cardozo Yokozawa

A obra divulga o resultado de uma pesquisa que estudou o tema da memória em três dimensões: a memória literária da poesia de Mario Quintana e sua relação com a poesia moderna e com os marcos da memorialística gaúcha; a memória da época em que o escritor viveu, marcada por transformações e rupturas; e a memória individual do autor que, ao fazer uma poesia de ressonâncias íntimas, transfigurou a experiência vivida. A autora, que é ensaísta da Universidade Federal de Minas Gerais, aponta a sintonia de Quintana com os escritores Augusto Meyer e Álvaro Moreyra, mostrando as afinidades no que se refere ao uso da ironia e do humor leve e lírico. Ao mesmo tempo, ela situa a poesia quintaneana na lírica moderna e também na modernista e, com isso, assinala a autonomia do autor, que nunca se deslumbrou por modismos. Para a pesquisadora, a obra do poeta gaúcho, que não logrou reconhecimento logo que começou a publicar em função do sociologismo rasteiro que dominava a crítica, permanece fora de foco para boa parte dos poetólogos da academia por conta da moda dos estudos multiculturais. Em contrapartida, Quintana contou com a admiração de seus pares e caiu nas graças do público mediano, numa época em que os melhores poetas líricos dele se afastam.

\*Preços já com o desconto de 20% oferecido nas Livrarias da UFRGS



# Gaúchos voltam a discutir a preservação das tradições

**Peleia Movimento tradicionalista defende a pureza da mistura musical gaúcha**

**Ademar Vargas de Freitas**

O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), que incentiva, normatiza e fiscaliza as quase três mil entidades que cultuam as tradições gaúchas no Rio Grande do Sul, no Brasil e em outros países, proibiu a apresentação de grupos musicais que executam *tchê-music* nos CTGs. Segundo o presidente do MTG, o historiador Manoelito Carlos Savaris, esse tipo de manifestação musical surgido recentemente incorpora instrumentos e formas que não têm a ver com a tradição.

Por sua vez, os músicos nativistas que se afastam da forma tradicional da música gaúcha defendem seu direito de inovar mas dizem que essa proibição não vai lhes causar muito prejuízo porque a maior parte de suas apresentações não se dá no ambiente tradicionalista.

Para o antropólogo e professor da UFRGS Ruben Oliven, manifestações culturais estão sempre mudando, mesmo que pareçam ter caráter permanente. Ele acha que o MTG, como todo movimento, também vai evoluir. “É necessário haver modificações, até para conservar o que é mais importante.”

Também o folclorista e pesquisador Paixão Cortes, um dos oito estudantes que desencadearam o

movimento em defesa da tradição gaúcha e ajudaram a fundar o primeiro CTG, em 1948, considera que a manutenção das tradições não é uma questão de lei e sim de postura. “Não tem que proibir, tem que conscientizar”, diz ele.

O presidente do MTG garante que os tradicionalistas não são contra a mistura da música gaúcha com outros gêneros e ritmos, nem contra outras formas de se vestir, desde que respeitem o espaço reservado à tradição. “Em vez de bombacha quer usar uma imitação de bombacha? Pode, mas não no CTG, vá usar em outro lugar. Quer fazer uma mistura de vanera com axé? Não tem problema, mas faça isso fora do CTG, que é um local de preservação.”

Ele reconhece que diversas culturas e etnias contribuíram para compor a figura do gaúcho a partir do mestiço, resultante da cruz de mulheres indígenas com portugueses, castelhanos e bandeirantes, que se espalhou pelo pampa depois da destruição dos Sete Povos das Missões, montado a cavalo para prear o gado selvagem e vender o couro em Montevidéu. Depois, vieram agregar-se outras etnias com seus usos e costumes: o açoriano, o negro e, mais recentemente alemães, italianos e povos de outras origens.

Tanto que, o único ritmo originário do Rio Grande do Sul é o “bugio”. Tudo mais foi importado, transformado, adaptado, absorvido e incorporado ao longo do tempo. “A vanera, o vanerão, o xote, a rancheira são corruptelas ou variações de ritmos que se fixaram aqui, adquirindo características locais. Mas em nenhum lugar se toca



As tradições gaúchas são cultivadas por milhares de pessoas em CTGs, piquetes e departamentos culturais

vanera do jeito que ela é tocada no Rio Grande do Sul, e não se pode admitir que seja transformada em ‘vanerão suingado’, sob pena de jamais fixar a identidade gaúcha.”

O MTG considera folclórico ou tradicional o que aconteceu até a metade do século passado e pretende garantir essa tradição, que pas-

sa atualmente por um período de solidificação. “Não podemos aceitar a incorporação de coisas novas, senão a nossa cultura não se solidificará nunca. Mesmo assim, depois disso, já incorporamos o *chamamé*, um ritmo platino, a bateria foi aceita, e o bombo-legüero está em processo de incorporação.”

## Ruben Oliven: “A cultura modifica-se o tempo todo”

O antropólogo e professor da UFRGS, Ruben George Oliven, autor do livro “A parte e o todo”, sobre a diversidade cultural brasileira, diz que o campo musical é ambiente ideal para esse tipo de divergência. Como aconteceu no início da década 70, quando surgiu a Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul, criada por Colmar Duarte, músico de Uruguaiana que havia tido uma composição vetada num festival nacional por não ser considerada música brasileira. “A Califórnia foi crescendo e, lá pelas tantas, por uma questão de sotaque, ela própria proibiu a apresentação de cantores não-brasileiros, o que não resolveu, porque havia

muitos cantores brasileiros com sotaque castelhano.” Nas décadas de 80 e 90 surgiu um movimento auto-intitulado de nativista. “Não era organizado como o MTG e se propunha a promover uma inovação na música gaúcha, aceitando diferentes formas de manifestação musical, não se opondo à guitarra elétrica e permitindo o uso de tênis com bombacha.” Os nativistas acusavam os tradicionalistas de serem retrógrados, de não quererem inovar musicalmente, de terem um estilo pobre, que eles chamavam de *nheco-nheco*, de só mostrar a figura do gaúcho tradicional, esquecendo de que, muitas vezes, ele era oprimido. E os tradicionalis-

tas acusavam os nativistas de não estarem fazendo nada de novo, apenas aproveitando o trabalho já feito e promovendo inovações que descaracterizavam a cultura gaúcha. “Isso remete a uma questão mais ampla, que em antropologia se chama de debate sobre pureza. Qualquer movimento tende, com frequência, a construir algo com certo conjunto de normas e valores que visa a manter sua pureza, como acontece em grupos religiosos ou políticos. A disputa é em torno do que é e do que não é cultura gaúcha, e quem tem autoridade para definir isso.” O professor lembra, que manifestações culturais estão sempre mudando, mesmo

que pareçam ter caráter permanente. “Uma lei estadual define o verdadeiro churrasco gaúcho. Mas o churrasco que, tradicionalmente, era feito nas estâncias, em geral, não vinha acompanhado por salada. E, muito menos, por coração de galinha, queijo derretido, pão com alho e outros acompanhamentos que as churrasarias do Rio Grande do Sul costumam oferecer.” O professor Ruben Oliven acredita que o MTG, como todo movimento, vai evoluir. “As coisas mudam, às vezes, muito lentamente. Já existem CTGs que têm patroas em lugar de patrões. É necessário haver modificações, até para conservar o que é mais importante.”

## Sem similar no mundo

Manoelito Savaris explica que, em determinado momento, o gaúcho se deu conta de que estava correndo o risco de perder grande parte da identidade que tanto preza. Mas, diferentemente de povos de outros lugares do Brasil que também sofreram esse processo, montou uma estrutura de defesa. Isso ocorreu em 1948, com a fundação do 35 CTG, que se reproduziu em diversos outros centros de tradições gaúchas, reunidos desde 1966 no Movimento Tradicionalista Gaúcho, um sistema associativo destinado a garantir a tradição e a identidade histórica do gaúcho. De acordo com os registros do MTG, perto de três mil entidades cultuam as tradições gaúchas, incluindo CTGs, departamentos de tradição gaúcha, centros de cultura nativa, grupos de arte nativa e piquetes tradicionalistas. Cerca de 1.500 estão no Rio Grande do Sul; 650 em Santa Catarina, 350 no Paraná e 300 em outros estados, mobilizando em seu entorno cerca de três milhões de pessoas. Gaúchos que estão radicados ou estudando em outros países têm fundado CTGs pelo mundo afora. Há três no Paraguai, quatro em Portugal, um na França e seis nos Estados Unidos (filiais à Federação Norte-americana da Tradição Gaúcha Brasileira). Também há núcleos tradicionalistas no Japão, na Itália, na Holanda e na China. “Onde houver uma churrasaria, naturalmente se cria um núcleo tradicionalista”, diz Manoelito Savaris.

## Paixão: “Não tem que proibir, tem que conscientizar”

Sobre a polêmica em torno da *tchê-music*, o folclorista e pesquisador João Carlos Paixão Cortes, diz que há verdades temporárias e que é preciso modernizar sem perder as raízes. E alerta: “Não é uma questão de lei, é uma questão de postura. E não tem que proibir, tem que conscientizar.” O pesquisador, que tem publicado e distribuído de graça livretos sobre

a cultura e as tradições do Rio Grande, considera importante estar ajustado à tecnologia para poder reavaliar o passado. “É preciso conhecer os fatos, renovar os valores humanos. Não se pode dar um salto para a frente sem ensinar. É preciso conhecer pelo racional, e com bem-estar.” Paixão foi um dos estudantes que deram início ao movimento tradicionalista ao criar um departa-

mento de tradições gaúchas no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e promover um desfile a cavalo pelas ruas do centro de Porto Alegre para homenagear a chegada dos restos mortais do herói farroupilha Davi Canabarro a Porto Alegre em 1947. No ano seguinte, junto com outras pessoas, ele criou o primeiro centro de tradições gaúchas, o 35 CTG. Mais tarde, serviu de modelo para o

monumento O Laçador, criado em 1966 pelo escultor Antônio Caringí. Para encerrar o assunto, ele afirma: “Ninguém tem que me dizer o que é bonito, cada um tem que saber por si. Eu não conto coisas que não tenha visto. Não sou de palco, sou um pesquisador, um folclorista, me limito ao original. Mas os artistas têm outra função.”



## Comunicação

### A paixão pelos cavalos e pelo rádio o levou a inovar

Ademar Vargas de Freitas

Ele começou no rádio há mais de meio século. Foi locutor de programas românticos, narrador de futebol e *expert* em corridas de cavalos, sendo considerado o melhor narrador de turfe do Brasil. Seu trabalho em diversas emissoras, inclusive na Rádio da Universidade, lhe trouxe muitas distinções, prêmios e honrarias, como a medalha Negrinho do Pastoreio e o título de cidadão de Porto Alegre. Mas sempre será lembrado com carinho e admiração por ter criado um programa que durante 35 anos agradou ouvintes de todas as idades, misturando turfe, cultura e boa música.

Luiz Carlos Vergara Marques nasceu num dia 7 de novembro, em Jaguarão, município agropecuário da fronteira, ligado à cidade uruguaia de Rio Branco por uma ponte de três quilômetros de comprimento, Uruguai adentro, inaugurada por Getúlio Vargas, em 1930, como a maior da América do Sul. O pai era criador de gado e cavalos puro sangue e crioulos; a mãe, uruguaia da cidade de Vergara, era naturalizada brasileira. Embora o menino passasse as férias na fazenda do pai, a paixão pelas corridas foi herdada de um tio, Osvaldo Vergara, também criador de eqüinos.

Aos 12 anos, surpreendeu-se ao ser escalado pelo professor do primeiro ano ginásial para declamar um poema no grêmio literário da cidade. Criado em ambiente machista, achava que declamar não era coisa para homem. Mas encarou a empreitada, escolhendo um poema de Manuel Bandeira, que falava em sol e terra. Só que, quando era para falar da terra, apontava para o céu; e, quando falava em sol, apontava para a terra.

A via mexeu com seus brios, e ele pediu ao professor que o escalasse novamente. Quinze dias depois, bem preparado, declamou



# Vergara Marques

## A estrela do turfe

FLAVIO DUINA

um longo poema de Castro Alves. A evolução foi tão grande que, passados três anos, ganhou o concurso de oratória. Em seguida, veio fazer o curso científico no IPA, em Porto Alegre.

Mas, a grande guinada de sua vida se deu em 1951, quando já estava na Faculdade de Direito da UFRGS, pensando em se formar logo para retornar a Jaguarão e cuidar dos campos do pai. Um colega, apaixonado por rádio, ia fazer teste para locutor na Farroupilha e pediu que o acompanhasse. O locutor-chefe, Mário Sirpa, reprovou o colega (“Não serves nem para vender amendoim”) e insistiu para que Vergara fizesse o teste. Ele não queria, mas foi desafiado e acabou aceitando. Saiu-se tão bem que Sirpa fez questão de contratá-lo.

Vergara não tinha gostado da maneira que seu colega foi tratado. E como dois de seus primos, Milton e Ruy Vergara Correia, trabalhavam em rádio, ligou para eles e contou a história. Milton, que era da Gaúcha, concorrente da Farroupilha, lhe disse: “Tu não vais para a Farroupilha, tu vens aqui para a Gaúcha. Vais ganhar uns caraminguás para deixar de pedir dinheiro a teu pai”.

No dia em que entrou para a Gaúcha, Mendes Ribeiro estava sendo admitido no setor de notícias. Na época, o chefe dos locutores era Rubens Alcântara, que já no primeiro dia o colocou “no ar”. Ele tinha que empostar a voz e ler textos como: “Leite de Colônia, o embelezador da mulher, apresenta mais um capítulo da emocionante novela...” E dê-lhe reclame de sabonete, creme dental, leite de magnésia...

Em pouco tempo, Vergara já fazia parte da equipe de

esportes da Gaúcha, onde brilhavam Cândido Norberto e Guilherme Siebenberg, enquanto, na Farroupilha, as estrelas eram Leonel Silveira e Rafael Merolillo. “Naquele tempo, irradiava-se com um locutor em cada metade do campo, para não se cansar nem o ouvinte.” O mesmo esquema seria usado mais tarde na transmissão do Grande Prêmio Brasil: Vergara irradiava os primeiros 1.500 metros, e Theófilo de Vasconcellos, os outros 1.500 metros.

**Romance e fantasia** – Na década de 50, se fazia um rádio romântico, com rádio-teatro e grandes orquestras. Na Gaúcha, o conjunto melódico do Norberto Baldauf se apresentava três dias por semana, entre as dez e as onze da noite. Nos outros dias, nesse horário, tinha “Tangos à meia luz”. Depois, entrava o programa “Acalanto, música e poesia para embalar teu sono”. “Isso dava prestígio aos apresentadores. Eu tive momentos sensacionais, numa Porto Alegre social por excelência”, conta Vergara.

À meia-noite, quando encerrava a programação, ele ia tomar uma taça de café com pão e manteiga na lancheria Matheus junto com amigos que o aguardavam para ir à boate Marabá, onde havia uma mesa reservada para radialistas. Essa mesa era partilhada com integrantes da equipe do Grande Jornal Falado Farroupilha, como Hamilton Fernandes, que mais tarde virou astro nacional ao interpretar o papel de Albertinho Limonta, na novela “O Direito de Nacer”, nos primórdios da televisão, no Rio de Janeiro.

Da boate Marabá, seguiam para o *show* de tangos da boate Maipu, mas o grande espetáculo da noite estava na American Boate, que trazia atrações internacionais. “Isso era todas as noites. Frequentemente

acontecia de eu chegar em casa às cinco da manhã e encontrar um bilhete pedindo que fosse abrir a rádio. A sorte é que eu não bebia nem fumava.”

Vergara ficou na Gaúcha até 1956, quando fez concurso para a Rádio da Universidade, que iria ao ar no ano seguinte. Seu irmão, Clóvis Vergara Marques, foi diretor da Escola Técnica da UFRGS e vice-diretor do Instituto de Geociências. Por essa época, alguns diretores da Gaúcha compraram a Rádio Itai e o convidaram a produzir um programa. Ai nasceu “Turfe e Boa Música”, que intercalava corridas de cavalo com informação e música de qualidade.

Depois de uma longa carreira na Rádio da Universidade, Vergara se aposentou. Mas não deixou de trabalhar. Em 1991, passou a atuar como comentarista de turfe do programa Camisa 2, da TV Guaíba, onde ficou até 1998. Atualmente, participa de um projeto do bibliófilo Valdemar Torres, que já editou três CDs de literatura. Num dos CDs, Vergara interpreta contos de Sérgio Faraco, e num dos contos contracena com a neta.

Vergara mora numa rua tranquila do bairro Menino Deus, junto com a esposa, Carmen, a filha, Isis, que é professora estadual, o genro, Inácio Berlitz, e a neta, Natália, de 17 anos, que vai fazer vestibular para Direito. Em casa, além de fotos e documentos dos tempos de glória, conserva o pedestal em que assentava o binóculo para acompanhar os páreos que narra. No Jockey Club do Rio Grande do Sul, tem muitos afilhados; no Hipódromo do Cristal, tem uma cabine com seu nome; e, no Hipódromo do Rio de Janeiro, ainda mantém uma égua de corrida, Liberty Hill, remanescente do plantel que teve ao longo da carreira de turfista apaixonado.

## Turfe e boa música para todos

Por amor ao turfe, Vergara trocou a Rádio Gaúcha pela Itai deixando de lado os programas românticos que lhe traziam uma aura de estrela. Pensou: “As interrupções nas transmissões do futebol para dar notícia de turfe incomodam os ouvintes, mas para o aficionado do turfe seria um purgatório não poder ouvir a narração dos páreos”.

E concluiu: “Vou para a Itai, criar um programa de turfe, intercalando música, notícia e conhecimentos gerais para ir ao ar nos sábados e domingos, durante as corridas no Hipódromo dos Moinhos de Vento, e às quintas-feiras, quando há corridas em Canoas.” Assim nasceu o programa “Turfe e Boa Música”, imperdível para quem gostava de turfe, imperdível também para quem gostava de música, informação e curiosidades. No horário do programa, a Itai chegou a ser a emissora mais sintonizada entre as quatro existentes na época.

Em 1972, quando a Itai foi vendida a um grupo evangélico, o programa passou a ser transmitido pela Farroupilha. Em 1974 foi para a Princesa. Entre 1978 e 1985 esteve na Difusora, passando depois para a Pampa, a Capital, a Sucesso e a 1.120 RBS, hoje Rural, onde permaneceu até 1992, quando foi extinto. Dois locutores apresentaram a parte musical e cultural do programa: Aurélio Câmara e Edy Amorim.

ARQUIVO PESSOAL



Vergara Marques, na época em que fazia locução e apresentava radionovelas

NO MEIO DO TORVELINHO “Conheci a Carmen no dia da morte do Getúlio, 24 de agosto de 1954, em meio ao torvelinho que tomou conta da cidade. Tinham botado fogo no prédio onde funcionava a Farroupilha e a Difusora, e estavam incendiando o Diário de Notícias. Eu saía de casa, na esquina da avenida João Pessoa com a rua Luiz Afonso,

quando passou aquela moça que me encheu os olhos. Conversamos um pouco, e eu a acompanhei até sua casa, na rua Lima e Silva. Nessa mesma manhã, subi ao décimo-primeiro andar do Edifício União para anunciar a novela das nove. Mas, em vez disso, avisei, por conta própria, que, no lugar da novela, a Rádio Gaúcha apresentaria um programa de música erudita em respeito ao presidente morto.

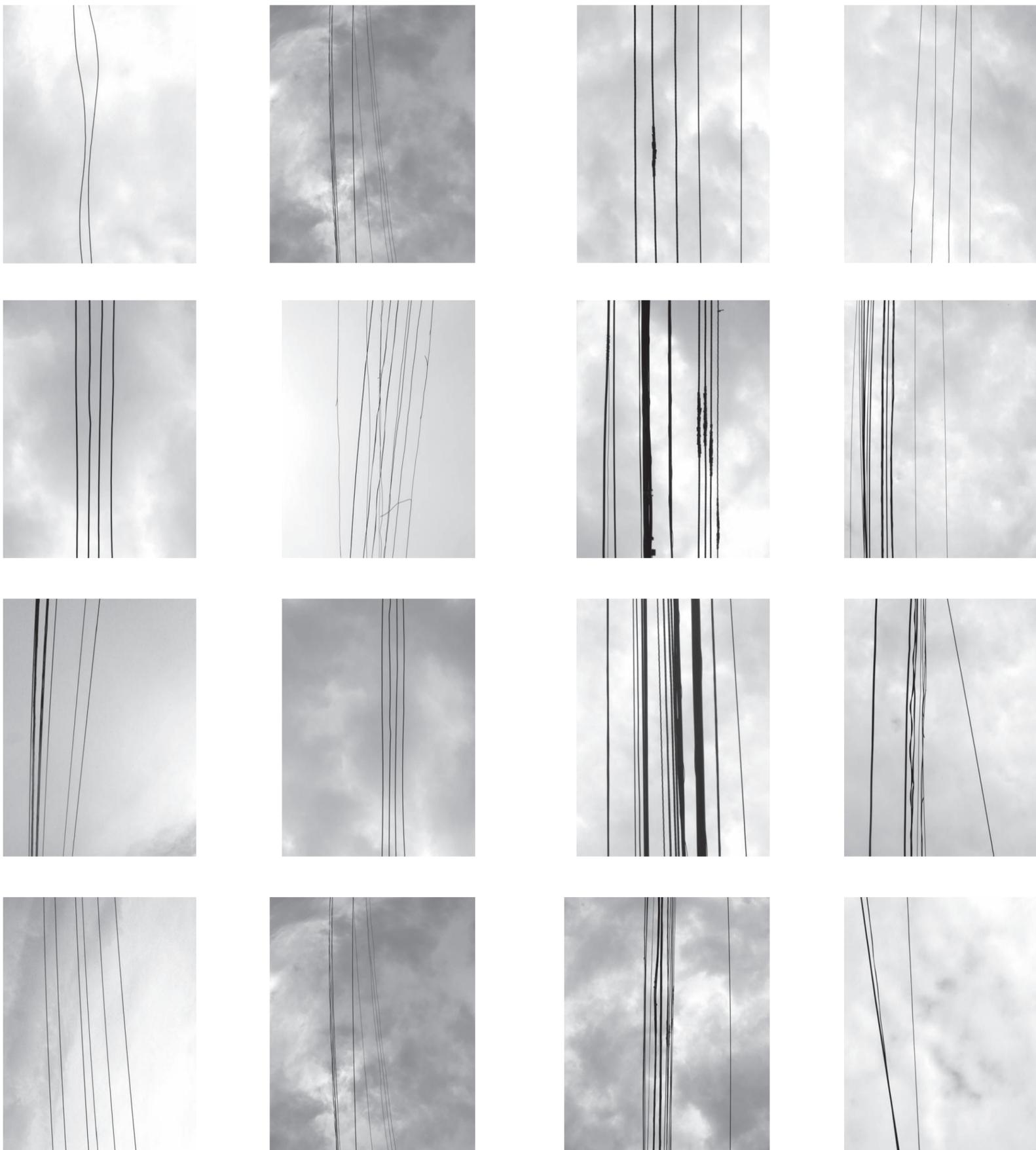
Foi uma correria para achar um disco de música erudita...”

**RENNER CAMPEÃO** “Não sou gremista nem colorado, sou Renner, eu e as costureiras que trabalhavam nas indústrias Renner. O técnico Selvíro Rodrigues era professor de educação física do IPA. Mas, dois anos depois de conquistar o título de

campeão gaúcho (1954), o clube foi extinto: estava sendo muito oneroso. Na época não havia os grandes patrocinadores que existem hoje.”

**RÁDIO DA UNIVERSIDADE** “Eu coloquei a Rádio da Universidade no ar, em 18 de novembro de 1957, e chefeei por 20 anos a equipe de locutores. Tinha o Lauro Hagemann, o Carlos Alberto

Carvalho, o Renato Rossi... Em seguida, veio o Celestino Valenzuela e o Wilson Rivoire. O setor de jornalismo era chefiado pela Lara Bendati. Em 1984, passei a diretor, administrando também o Planetário, onde narrava as projeções. Fico contente em saber que o reitor está dando atenção à rádio e espero participar da festa dos 50 anos, em 2007.”



# Linhas

## de trabalho

CAMILA SCHENKEL

**Flávio Dutra**

A 19ª edição do Salão do Jovem Artista, realizada em 2006, premiou como maior destaque um trabalho de fotografia. A vencedora do Salão, Camilla Schenkel, é aluna do Instituto de Artes da UFRGS e iniciou a série de imagens premiada nas atividades da disciplina de Fotografia V. No texto a seguir, Camilla define seu trabalho.

“Aproveitando a aceleração e o barateamento da fabricação de imagens que a fotografia digital proporciona, saio pelas ruas colecionando os desenhos que os fios de luz formam sob o céu da cidade. Costumo sair especialmente para fotografar, a pé, partindo da minha casa. Ando pela vizinhança e, quando preciso de um rumo, vou até meu ateliê. Já conheço de cor alguns cruzamentos de fios do meu caminho, mas posso percorrer o mesmo itinerário quantas vezes quiser: um mínimo passo para o lado ou uma diferença na empunhadura da câmera alteram o plano das linhas; em questão de minutos as nuvens se mexem e as cores do céu mudam. Desse acervo, seleciono uma parte para imprimir em pequenos formatos, (de 5x6,67cm a 10x15cm), e vou combinando as fotografias em conjuntos, criando relações de prolongamentos ou interrupções das linhas e contrastes entre as variações do céu. Disponho-as em linhas, uma exatamente embaixo da outra, mantendo um pequeno intervalo entre elas. Combinando fios de lugares diferentes, construo os cruzamentos e as continuidades de um novo lugar. Uma cidade de silêncios onde os prédios e o chão desaparecem junto com a referência geográfica e restando apenas as linhas pretas correndo sob um céu nem sempre azul.”

O Salão do Jovem Artista é uma promoção da RBS em parceria com o Banrisul e se realiza a cada dois anos. A primeira edição ocorreu em 1972 e, após algumas pausas, retornou em 2004. O trabalho premiado de Camilla Schenkel se chama *Linhas de Trabalho*, Série 2. As imagens desta página mostram a Série 3, do mesmo trabalho.